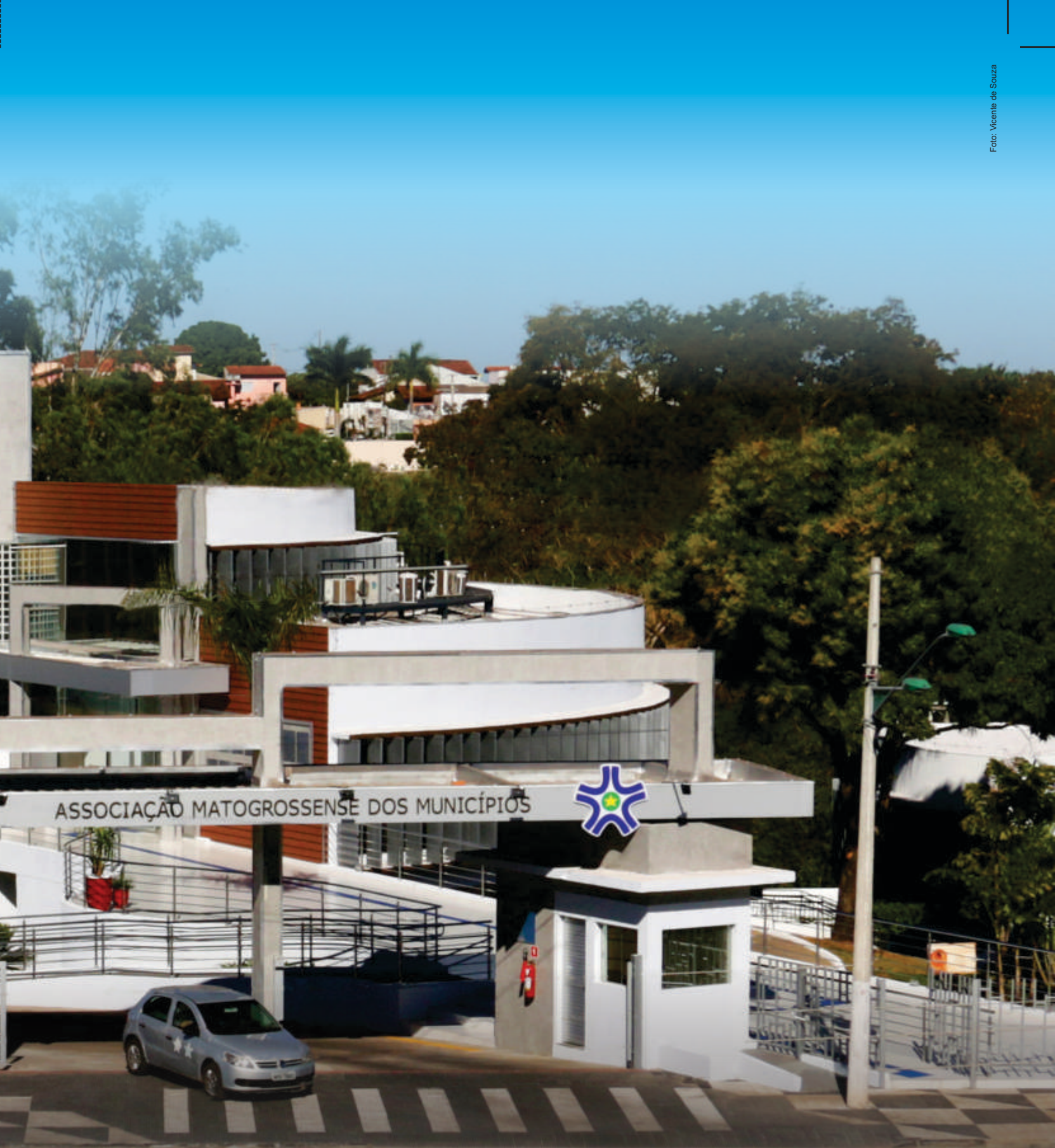




2015-2023

Desafios e Conquistas





A Força Vem dos Municípios

Avanços municipalistas

Quando assumimos a direção da AMM, há nove anos, juntamente com os demais gestores que integravam a diretoria, estabelecemos como propósito maior fortalecer a atuação da instituição, consolidando a sua representatividade e aprimorando a prestação de serviços às prefeituras.

Superamos inúmeros desafios e adotamos medidas para aperfeiçoar a gestão interna, com a implantação de sistemas de controle, acompanhamento e avaliação dos serviços prestados, equilíbrio das finanças, recuperação do patrimônio, além da formação de uma equipe de colaboradores comprometidos e eficazes.

Com significativos serviços prestados, a AMM passou a ser reconhecida e se tornou referência nacional para todo o movimento municipalista brasileiro. Os serviços técnicos garantiram aos municípios de Mato Grosso uma economia de mais de R\$ 650 milhões nos últimos nove anos, principalmente com a elaboração de projetos que resultaram em diversas obras, publicações no Jornal Oficial, além dos serviços nas áreas contábil, jurídica, de apoio, comunicação, capacitação, entre outros.

A representação institucional que implementamos trouxe várias conquistas para as administrações municipais. Mais de R\$ 6 bilhões entraram nos caixas das prefeituras, fruto do trabalho integrado ao movimento municipalista nacional.

Participamos das mobilizações junto ao Congresso Nacional para a aprovação de projetos importantes. Entre os anos de 2015 e 2023, tivemos avanços que resultaram em incrementos financeiros para os municípios mato-grossenses, como a compensação das perdas da Lei Kandir (R\$ 623,7 milhões); o repasse extra de 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) nos meses de julho, setembro e dezembro, que já soma R\$ 1,45 bilhão.

Outras conquistas para os municípios de Mato Grosso foram a repatriação de ativos (R\$ 190,7 milhões); os recursos do pré-sal ou cessão onerosa (R\$ 280 milhões). Celebramos ainda a promulgação da Emenda Constitucional 128/2022, que proíbe a criação de novos encargos para os municípios sem previsão de fonte de financiamento; a aprovação do prazo de transição de dez



anos para os municípios que tiveram perda de população migrarem para uma faixa de coeficiente inferior de FPM; a redução da alíquota do RGPS, resultado de muita articulação junto ao Congresso Nacional para a aprovação do projeto e derrubada do veto do presidente Lula, entre outros.

O enfrentamento da pandemia da Covid-19 representou um grande desafio para os gestores de Mato Grosso. Junto com os

prefeitos, buscamos meios para superar as dificuldades da emergência em saúde, que afetou de forma significativa as administrações municipais, que tiveram que refazer planejamentos e definir prioridades. Nesse período atípico, nos unimos ao movimento municipalista brasileiro para assegurar condições de atender a população de forma digna e eficiente nas áreas da saúde e assistência social. Como resultado dessa intensa luta, o governo federal liberou o montante de R\$ 1,5 bilhão para os municípios de Mato Grosso enfrentarem a crise sanitária.

Em âmbito estadual, também foram várias conquistas, sendo a maior delas o repasse do Fethab-Diesel (R\$ 2 bilhões) e do Fethab-Transporte Escolar (R\$ 178,5 milhões) para os municípios.

Para ampliar o atendimento às gestões locais, fortalecemos a parceria com vários órgãos, celebramos acordos de cooperação técnica para viabilizar as capacitações e fomentar o desenvolvimento regional, além de encaminhar projetos visando o reforço financeiro dos cofres municipais.

É uma grande honra fazer parte da história do municipalismo mato-grossense, como dirigente da AMM, mas sobretudo como cidadão, defendendo bandeiras legítimas, justas e necessárias.

Encerramos a nossa gestão com a convicção de que a nossa missão foi concluída coroada de êxito e pautada em muita dedicação, esforço, respeito e, principalmente, lealdade a todos os gestores com os quais tivemos a honra de conviver nesses anos.

Neurilan Fraga
Presidente da AMM

BIÊNIO 2015/2016

Foto: Vicente de Sousa



Presidente de Honra:

Ondanir Bortolini (Nininho)

Presidente:

Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

1º Vice-presidente: Roberto Ângelo de Farias - Prefeito de Barra do Garças

2º Vice-presidente: Walmir Guse - Prefeito de Conquista D'Oeste

3º Vice-presidente: Solange Souza Kreidloro - Prefeita de Nova Bandeirantes

4º Vice-presidente: Valter Miotto Ferreira - Prefeito de Matupá

5º Vice-presidente: José Helio Ribeiro - Prefeito de Novo Mundo

Secretário geral: Hugo Garcia Sobrinho - Prefeito de Santa Rita do Trivelato

1º secretário: Ednilson Luiz Faixa - Prefeito de Aripuanã

2º secretário: Valteir Quirino dos Santos - Prefeito de Indivaí

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito de Santa Cruz Do Xingu

1º Tesoureiro: Pedro Terceiro Barbosa - Prefeito de Denise

2º Tesoureiro: João Braga Neto - Prefeito de Nova Maringá

Conselho Fiscal

Jamar da Silva Lima - Prefeito de Nova Brasilândia

Francisco Endler (Chico) - Prefeito de Nova Guarita

Cristovão Masson - Prefeito De Nova Olímpia

Suplentes

Odoni Coelho Mesquita - Prefeito de Torixoréu

José Mauro Figueiredo - Prefeito de Arenópolis

Dirceu Martins Comiran - Prefeito de Campos de Júlio

BIÊNIO 2017/2018

Foto: AMM



Presidente de Honra:

Deputado Ondanir Bortolini (Nininho)

Presidente:

Neurilan Fraga

1º Vice-presidente: Mauro Rosa da Silva - Água Boa

2º Vice-presidente: Luciane Borba Azóia Bezerra - Juara

3º Vice-presidente: Thelma Pimentel Figueiredo - Chapada dos Guimarães

4º Vice-presidente: Josair Geremias Lopes - Dom Aquino

5º Vice-presidente: Arnóbio Vieira de Andrade - Marcelândia

Secretário Geral: Adalto José Zago - Apiacás

1º Secretário: Altir Antônio Peruzzo - Juína

2º Secretário: Atil Marques do Amaral - Poconé

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu

1º Tesoureiro: Silvio José de Moraes Filho - Araguainha

2º Tesoureiro: Beatriz de Fátima S. Lemes - Nova Monte Verde

Conselho Fiscal

Juvenal Alexandre da Silva - Nova Marilândia

Marilza Augusta de Oliveira - Nova Brasilândia

José Mauro Figueiredo - Arenópolis

Suplentes

Jossimar José Fernandes - Nortelândia

Leocir Hanel - Nobres

Eugênio Pelachim - Porto Estrela

BIÊNIO 2019/2020

Foto: Vicente de Sousa



Presidente de Honra:
Ondanir Bortolini (Nininho)
Presidente:
Neurilan Fraga

1º Vice-Presidente: Arnóbio Vieira de Andrade - Marcelândia
2º Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite - São Felix do Araguaia
3º Vice-Presidente: Fabio Marcos Pereira de Farias - Canarana
4º Vice-Presidente: Noboru Tomiyoshi - Colíder
5º Vice-Presidente: Fábio Martins Junqueira - Tangará da Serra
Secretário Geral: Jonas Rodrigues da Silva - Aripuanã
1º Secretário: Francis Maris - Cáceres
2º Secretário: Valdécio Luiz da Costa - Dom Aquino
Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu
1º Tesoureiro: Adalto Jose Zago - Apiacás
2º Tesoureiro: Valter Kuhn - Terra Nova do Norte

Conselho Fiscal

Gerson Rosa de Moraes - Pontal do Araguaia
Joabe Almeida dos Santos - Santo Afonso
Marilza Augusta de Oliveira - Nova Brasilândia

Suplentes

Silmar de Souza Gonçalves - Nossa Senhora do Livramento
Leocir Hanel - Nobres
Eugênio Pelachim - Porto Estrela

TRIÊNIO 2021/2023

Foto: Vicente de Souza



Presidente de Honra:
Deputado Estadual José Eduardo Botelho
Presidente:
Neurilan Fraga

1º Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite - Prefeita de São Félix do Araguaia
2º Vice-Presidente: Marcelo de Aquino - Prefeito de General Carneiro
3º Vice-Presidente: Marilza Augusta de Oliveira - Prefeita de Nova Brasilândia
4º Vice-Presidente: Edu Laudi Pascoski - Prefeito de Itanhangá
5º Vice-Presidente: Valdecio Luiz da Costa - Prefeito de Dom Aquino
Secretário Geral: Daniel Rosa do Lago - Prefeito de Porto Alegre do Norte
1º Secretário: Leocir Hanel - Prefeito de Nobres
2º Secretário: José Guedes de Souza - Prefeito de Rondolândia
Tesoureiro Geral: Silmar de Souza Gonçalves - Prefeito de Nossa Senhora do Livramento
1º Tesoureiro: Alex Steves Berto - Prefeito de Rosário Oeste
2º Tesoureiro: Altamir Kurten - Prefeito de Cláudia

Conselho Fiscal

Jacob Andre BringsKen - Prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade
Márcio Conceição Nunes de Aguiar - Prefeito de Cocalinho
Jadilson Alves de Souza - Prefeito de Curvelândia

Suplentes

Héctor Alvares Bezerra - Prefeito de Mirassol D'Oeste
Éderson Figueiredo - Prefeito de Arenápolis
Julio Cesar dos Santos - Prefeito de Apiacás



A reforma do prédio
aprimorou a estrutura
de atendimento aos
municípios

Foto: AMM

Reforma e ampliação modernizaram a sede da AMM

A reforma do prédio da AMM, iniciada em 2016 e concluída em 2017, garantiu melhor utilização do espaço físico e modernização da estrutura de atendimento aos municípios. Foram investidos R\$ 3.072.525,14 no projeto, oriundos do orçamento da própria instituição. A reforma foi possível devido a um rigoroso controle de gastos implementado desde o início da gestão. A execução da obra foi supervisionada e acompanhada por profissionais da Central de Projetos da instituição.

O investimento garantiu uma estrutura mais adequada à prestação de serviços aos municípios. O prédio passou a contar com espaço físico mais amplo, harmônico e acolhedor para os visitantes, além de oferecer melhores condições de trabalho aos colaboradores.

O projeto contemplou as instalações com uma nova estrutura elétrica e hidráulica. Houve readequação do sistema contra incêndio e prevenção contra descargas atmosféricas, troca do cabeamento de rede de computadores e telefonia. As instalações internas bem distribuídas receberam novos banheiros e outras adequações. O auditório passou a contar com paredes acústicas, equipamento audiovisual e novo mobiliário. O estacionamento foi ampliado para 45 vagas destinadas aos prefeitos, visitantes e funcionários. O paisagismo também recebeu uma variedade de espécies de plantas.

Foto: Vicente de Souza



O estacionamento foi ampliado
para atender prefeitos,
visitantes e funcionários

Preservação ambiental

Além de elaborar vários projetos na área ambiental para as prefeituras, a AMM criou em 2020 um viveiro de contemplação com a produção de mudas de espécies ornamentais em pequena escala. O local, instalado próximo ao estacionamento da instituição, ocupa uma área de 56 m², onde são cultivadas mudas de rosa do deserto, ixoria, primavera, samambaia, entre outras. Como complementação à iniciativa, foi dado início ao cultivo de plantas com propriedades medicinais, para produção de chás com ação terapêutica. O projeto arquitetônico do viveiro foi baseado no princípio da sustentabilidade, visando a reutilização e reciclagem de materiais.

Foto: AMM



Foto: AMM

Academia ao ar livre

Para possibilitar maior integração entre os colaboradores e proporcionar mais qualidade de vida no trabalho, a AMM investiu na construção de uma academia ao ar livre, utilizada como espaço de convivência e de fomento à saúde física e mental. Em funcionamento desde 2020 a estrutura conta com diversos aparelhos que podem ser utilizados para a prática de exercícios físicos. Ocupando uma área de 98,45m², o espaço tem capacidade para atender cerca de 30 pessoas.

Centro de convivência

Foto: AMM



Construído em 2021, o centro de convivência foi idealizado para proporcionar um local de interação entre os funcionários e para a realização de eventos comemorativos. Com uma área de 196,84m² e construído predominantemente em madeira, o local tem capacidade para cerca de 100 pessoas.

A stylized graphic of the Brazilian flag, featuring a large yellow five-pointed star in the center, surrounded by green segments, all within a white circular field. The background of the entire page is a dark blue gradient.

Conquistas Estaduais



AMM defendeu o atendimento de reivindicações e assegurou resultados importantes para os municípios

A AMM sugeriu a elaboração de projetos de lei e fez um acompanhamento contínuo das matérias em tramitação na Assembleia Legislativa com repercussão nos municípios. Apresentou substitutivos, mobilizou parlamentares e defendeu o atendimento de demandas

das administrações municipais. A atuação da instituição resultou em várias conquistas para os municípios, que tiveram direitos assegurados e representação efetiva junto ao Parlamento Estadual e demais poderes constituídos.

Investimentos em infraestrutura

Os municípios começaram a receber os recursos do Fethab em 2015

O repasse dos recursos do Fundo Estadual de Transporte e Habitação - Fethab possibilitou que os municípios fizessem investimento na manutenção de estradas municipais e estaduais não pavimentadas, bueiros, pontes, aquisição de peças para restauração de maquinários, entre outros investimentos. De 2015 a 2023, os municípios de Mato Grosso receberam R\$ 2.019.884.116,09 do Fethab, oriundo da arrecadação do óleo diesel.

Foto: Sinfra MT



Foto: AMM



O Fethab também foi amplamente debatido em reuniões com a participação de prefeitos de todo o estado

Recursos do Fundo também foram repassados aos municípios para auxiliar no custeio do transporte escolar. De 2017 a 2023, as prefeituras foram contempladas com R\$ 178.544.885,41.

Os municípios começaram a receber os recursos do Fethab em março de 2015, após o Supremo Tribunal Federal decidir favoravelmente à ação ajuizada pela AMM, considerando que o repasse estava suspenso por meio de liminar.

Novo ICMS

Manutenção do coeficiente social de 11% contemplou principalmente os municípios mais carentes

A AMM participou das discussões para a elaboração da Lei Complementar 746/2022 que estabeleceu o novo Índice de Participação dos Municípios (IPM), utilizado na repartição da receita do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O objetivo da Associação foi assegurar que os municípios não sofressem perdas financeiras, considerando que a transferência constitucional tem grande peso nas finanças municipais.

Para tanto, defendeu a manutenção do coeficiente social de 11% visando atender principalmente os municípios mais carentes, que seriam amplamente impactados com a alteração nesse critério de distribuição do recurso.



Foto: AMM

Mudanças no ICMS também foram tratadas em seminário realizado em parceria com o Governo de Mato Grosso

Foto: Assessoria da Prefeitura de Colider



Reuniões nos municípios orientaram sobre as novas regras de composição do IPM

A implementação das novas regras de composição do IPM será feita de forma gradual até 2026. De 2026 em diante, os indicadores para definição do IPM serão: valor adicionado (65%), coeficiente social (11%), unidade de conservação/terra indígena (3%), educação (12%), saúde (5%), agricultura familiar (2%) e esforço de arrecadação (2%).

Com a lei em vigor, a performance de receita de ICMS por parte dos municípios vai depender do desempenho e eficiência dos prefeitos em setores estratégicos da administração, como educação e saúde, pois os valores serão distribuídos atendendo a critérios de eficiência da gestão nessas áreas.

Após a aprovação da Lei, a AMM promoveu seminários por todo estado, em parceria com os consórcios intermunicipais, para orientar os municípios sobre o novo IPM. A Associação e o Governo de Mato Grosso também realizaram um evento técnico, em formato híbrido, para debater as mudanças.

Gestão patrimonial

Alteração na lei sobre bens patrimoniais atendeu importante demanda dos municípios

Atendendo demanda dos prefeitos, a AMM solicitou à Assembleia Legislativa a elaboração de um projeto de lei que autorizasse o leilão de bens doados às prefeituras e se mobilizou pela aprovação da medida no parlamento estadual.

A iniciativa resultou na Lei 12.227, de 30 de agosto de 2023, que promoveu alterações na legislação que dispõe sobre a Gestão Patrimonial da Administração Pública do Estado de Mato Grosso, facilitando aos municípios receberem e doarem bens patrimoniais.

A Lei acrescentou os incisos 4 e 5 ao artigo 20 da Lei nº 11.109, de abril de 2020. Assim, ficou definido que no caso da doação aos municípios de bens que tenham mais de dez anos de uso, os municípios ficam desobrigados, no contrato ou termo de doação, de promover a revisão e manutenção do bem, conforme orientação do fabricante ou assistência técnica; de manter o bem, proibido o desfazimento, pelo prazo mínimo de três anos, a contar da assinatura do respectivo instrumento; e de manter as atividades que



Foto: Licenciadas Adobe Stock

motivaram a doação pelo prazo mínimo de três anos, a contar da assinatura do respectivo instrumento;

A Lei também acrescentou o inciso 5, determinando que quando se tratar de máquinas, equipamentos e tratores agrícolas, o município fica autorizado a fazer doação para associações ou cooperativas de produtores rurais.



Foto: AMM

Prefeitos debateram modelo de gestão durante reunião na Assembleia Legislativa

Saneamento básico

AMM apresentou proposta de substitutivo a projeto de lei sobre saneamento

Para garantir a autonomia dos municípios na gestão do sistema de água e esgoto local, a AMM liderou a elaboração de uma proposta de substitutivo integral ao Projeto de Lei 614/2021, que dispunha sobre a criação de Unidades Regionais de Saneamento Básico em Mato Grosso. O substitutivo, acatado pela Assembleia Legislativa, propôs a autonomia dos prefeitos para decidir sobre a adesão às Unidades de Regionalização de Saneamento Básico (URSB). O documento atribuía ao Governo do Estado a realização de estudo técnico para definir alternativas de modelo de gestão do saneamento aos municípios, como concessão, parceria público-privada, gestão consorciada, entre outras. A proposta estadual era oferecer apenas o modelo de concessão, que não atendia a demanda de todos os municípios, considerando as particularidades locais.

A AMM propôs, ainda, a inclusão de todos os 141 municípios nas URSBs, diferentemente da intenção do governo estadual de não incluir as localidades que já contam com o modelo de concessão. A instituição sugeriu, ainda, a redução de 15 blocos regionais para 5, visando atender principalmente os pequenos municípios que correm o risco de não ser contemplados com investimentos privados, considerando a possibilidade de quantidade insuficiente de ligações das redes de água e esgoto.

A construção da proposta contou com a colaboração de gestores municipais, de dirigentes de autarquias de água e esgoto e de representantes de outras instituições, como a Fundação Nacional de Saúde – Funasa. De acordo com a Lei Federal 14.026/2020, que atualiza o Marco Legal do Saneamento Básico, os municípios têm até 2033 para universalizar o saneamento básico, que envolve água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos.

Taxa de mineração

Lei garantiu partilha de recursos com os municípios

A partilha dos recursos arrecadados com a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM) com as prefeituras foi uma bandeira defendida pela AMM durante a tramitação do projeto de lei na Assembleia Legislativa.

O tributo, cuja estimativa de arrecadação anual é de aproximadamente R\$ 160 milhões, foi instituído pela Lei 11.991/2022. Desse total, 10% serão repassados aos municípios, sendo 75% desse percentual destinado às localidades produtoras de recurso mineral, de forma proporcional a sua contribuição na arrecadação da taxa, e 25% distribuídos de maneira igualitária às demais cidades de Mato Grosso não produtoras de bens minerais.

Os outros 90% do tributo arrecadado serão destinados à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sedec) para custeio de serviços.

Foto: Divulgação Ager MT



Parte dos recursos será distribuída de maneira igualitária a cidades não produtoras de bens minerais

Convênios estaduais

Repasse de recursos viabilizou execução de obras e investimentos locais

Municípios com até 50 mil habitantes, ainda que inadimplentes, assinaram convênios com o Governo de Mato Grosso e receberam recursos estaduais para investimentos em 2022 e 2023. Os municípios foram contemplados com o benefício por meio de leis aprovadas na Assembleia Legislativa.

A Lei 12.070/2023, de autoria do deputado Eduardo Botelho, determinava que a emissão de nota de empenho, a realização das transferências de recursos e a assinatura dos instrumentos, bem como a doação de bens, materiais e insumos, não dependeriam da situação de adimplência do município de até 50 mil habitantes,

Foto: Lucas Diego - Assessoria SEAF



Em Mato Grosso, 128 municípios foram atendidos com a lei

identificada em cadastros ou sistemas de informações financeiras, contábeis e fiscais. Em Mato Grosso, 128 municípios se enquadram nessa faixa populacional.

A AMM se mobilizou para a aprovação da Lei, que atendeu principalmente localidades mais carentes que contam com receita própria insuficiente para demandas prioritárias. A instituição trabalhou junto à Assembleia Legislativa para garantir a aprovação da medida, visando viabilizar a execução de obras locais, bem como investimentos em setores estratégicos para a comunidade.

Licenciamento ambiental

AMM integrou comissão para debater alterações em Resolução do Consema



Resolução ampliou atividades que poderão ser licenciadas em âmbito local

Foto: Vicente de Souza

A alteração da Resolução Nº. 085/2014, do Conselho Estadual do Meio Ambiente – Consema, foi amplamente discutida por uma comissão criada em abril de 2019 com a participação de dois técnicos da AMM e várias outras instituições. A ampliação das atividades que poderão ser licenciadas em âmbito local, que passou de 145 para 243, foi um dos principais avanços para os municípios na reedição da norma.

A demanda foi apresentada pela AMM, baseada na realidade e necessidade dos municípios. Além desse avanço, a instituição também defendeu outras mudanças nas regras para o licenciamento, todas aprovadas por unanimidade em reunião do Consema.

De acordo com a nova Resolução, cabe aos municípios estabelecer o quadro mínimo de funcionários para cumprir o licenciamento em âmbito local. Além disso, as prefeituras passam a ter liberdade jurídica para decidir as modalidades de licenciamento a serem implantadas.

Os conselheiros aprovaram, ainda, a proposta de inserção de nova metodologia de licenciamento, a Licença Ambiental Simplificada – LAS, que anteriormente a AMM já havia conquistado para empreendimentos de agricultura familiar e agora se estende a todas as categorias de empreendimento de acordo com porte de nível de impacto ambiental.

Foto: Prefeitura de Várzea Grande



Feira em Várzea Grande: comercialização de produtos da Agricultura Familiar

Sistema unificado

Susaf garante a equivalência dos Serviços de Inspeções Municipais

A AMM participou das discussões para a elaboração da Lei Estadual 10.502/2017, que criou o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar e de Pequeno Porte – Susaf. O sistema garante a equivalência dos Serviços de Inspeções Municipais, por município ou por meio de consórcio intermunicipal de desenvolvimento, para a comercialização de produtos de origem animal da agricultura familiar e de pequeno porte em todo o território estadual e para a comercialização de produtos de origem vegetal da agricultura familiar em todo o território nacional.

Conquistas Estaduais

Fortalecimento da agricultura familiar

AMM liderou projetos, firmou parcerias e executou várias ações para auxiliar os municípios

A AMM atuou intensamente para o fortalecimento da agricultura familiar, buscando o crescimento e o desenvolvimento da economia regional e contribuindo com a geração de emprego e renda nos municípios, especialmente os pequenos.

A instituição liderou projetos, firmou parcerias e executou várias ações para auxiliar os municípios nessa importante demanda, considerando que mais de 100 mil famílias em Mato Grosso têm na agricultura familiar sua principal fonte de subsistência.

Núcleo de Apoio

Parceria com a Assembleia Legislativa possibilitou ampliar orientação às prefeituras

Entre as várias ações da AMM para fomentar a agricultura familiar, destaca-se a criação do Núcleo de Apoio à Implantação do Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar e de Pequeno Porte Susaf, em 2022. A Assembleia Legislativa foi parceira da Associação na iniciativa, de orientação e acompanhamento às prefeituras municipais, na implantação de Serviço de Inspeção Municipal e adequação de legislações, procedimentos para equivalência, junto ao estado na Sistema de Inspeção SUSAF, o qual vai possibilitar que os pequenos produtores comercializem produtos semielaborados ou industrializados em qualquer município do estado.

O Núcleo atendeu os municípios do Vale do Rio Cuiabá: Acorizal, Barão de Melgaço, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Jangada, Nova Brasilândia, Nossa Senhora do Livramento, Nobres, Planalto da Serra, Rosário Oeste, Poconé, Santo Antônio do Leverger e Várzea Grande, além de Campo Verde.

A equipe orientou os produtores rurais e auxiliou gestores e técnicos dos municípios na elaboração dos projetos de leis e dos planos de trabalhos na esfera municipal junto com as secretarias municipais de Agricultura e Saúde, conforme a Lei



Equipe auxiliou gestores, técnicos e produtores rurais

Estadual 10.502/2017. A equipe multidisciplinar é formada por médicos veterinários, nutricionista, engenheira de alimentos, engenheiro civil e advogado.

Comitê gestor

Instituições atuaram de forma colaborativa para auxiliar gestores na aquisição de produtos da agricultura familiar

Para auxiliar os municípios na aquisição de produtos da agricultura familiar destinados à alimentação escolar, a AMM passou a integrar, em 2021, um comitê gestor que conta com a participação de várias instituições. O objetivo é o cumprimento da Lei 11.947/2009 que estabelece que no mínimo 30% do valor repassado aos municípios pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) devem ser utilizados na compra de produtos provenientes desse segmento. Conforme a legislação, o município que não cumprir a cota terá que devolver recursos para o FNDE.

O grupo atua na capacitação dos produtores e demais envolvidos no processo de comercialização da produção que tem origem na agricultura familiar.

Também integram o Comitê o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), a Empresa Mato-grossense de Pesquisa



Foto: Agência Brasil

No mínimo 30% dos recursos aplicados na alimentação escolar devem ser destinados a produtos da agricultura familiar

Assistência e Extensão Rural (Empaer), o Ministério da Pecuária Agricultura e Abastecimento (Mapa), a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e a Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (Seaf).

Projeto Agrofamiliar

Iniciativa visa atender produtores e fomentar desenvolvimento de cadeias produtivas

Com a finalidade de atender mais de dois mil produtores dos municípios de Nova Brasilândia, Planalto da Serra e Chapada dos Guimarães, foi lançado em 2022 o projeto Agrofamiliar. O projeto foi idealizado pela Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) e Governo de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (Seaf), Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer) e os três municípios.

A proposta é apoiar os produtores em quatro eixos: maquinários e equipamentos, assistência técnica e extensão rural, capacitação e regularização fundiária e ambiental. Dos R\$ 22 milhões de investimentos previstos, R\$ 2 milhões já foram aplicados em melhorias para fomento das cadeias produtivas locais. O Governo do Estado é o financiador do projeto, que também prevê contrapartida dos produtores.



Foto: Lucas Diego - Assessoria SEAF

Projeto Agrofamiliar em Nova Brasilândia

Entre as finalidades do projeto Agrofamiliar estão: buscar recursos financeiros para investimentos; apoio à produção, agroindustrialização e comercialização; capacitação dos produtores em tecnologia de produção, industrialização e comercialização; capacitação sobre gestão da propriedade rural, associativismo e cooperativismo; assistência técnica com acompanhamento contínuo; regularização ambiental e fundiária dos imóveis rurais, além do apoio ao turismo rural.

Apoio governamental

Em reunião solicitada pela AMM, prefeitos e representantes dos três municípios que estão desenvolvendo o projeto Agrofamiliar trataram, com o vice-governador Otaviano Pivetta, sobre a implementação da iniciativa em Nova Brasilândia, Planalto da Serra e Chapada dos Guimarães. O objetivo do encontro, realizado em junho de 2023, foi apresentar o andamento das atividades e pedir apoio governamental para auxiliar os pequenos produtores rurais locais. Durante a reunião, Pivetta assistiu a uma apresentação técnica sobre o projeto e assegurou apoio para assistência técnica, emissão de Cadastro Ambiental Rural – CAR, veículos, regularização fundiária das propriedades, além de aporte financeiro para aquisição de equipamentos e insumos.



Foto: AMM

Gestores apresentaram demandas para fomentar agricultura familiar nos municípios

Vocações produtivas

A realização de um estudo para identificar as aptidões econômicas e da agricultura familiar em Mato Grosso também contou com a participação da AMM. Coordenado pela Assembleia Legislativa, com a participação de várias instituições, o levantamento tinha como proposta mapear as vocações produtivas regionais, como agropecuária, agricultura familiar, extrativismo vegetal e agroindústrias.

Entre os resultados a serem alcançados, destacam-se os seguintes: nortear a produção dos pequenos produtores, ampliando sua renda/comercialização e diminuindo as diferenças sociais; impulsionar a assistência técnica e tecnológica ao agricultor familiar; auxiliar os poderes Executivo e Legislativo na destinação de emendas para o setor; melhorar e aumentar a



Foto: Licenciada Adobe Stock

AMM participou de estudo para mapear aptidões econômicas no estado

produção de produtos destinados à alimentação da população de Mato Grosso, entre outros.

Plano Estadual

A AMM participou, em 2017, da construção do primeiro Plano Estadual da Agricultura Familiar – PEAf de Mato Grosso, que define diretrizes e estratégias para a agricultura familiar no estado. O Plano representa um instrumento de aplicação da Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar (Lei Estadual nº 10.516 de 2017) com orientações para reformulação do Planejamento Estratégico do Governo. As proposições foram organizadas a partir de cinco eixos estratégicos: Produção Sustentável; Agregação de Valor e Comercialização; Assistência Técnica e Extensão Rural; Regularização Ambiental e Fundiária e Governança e Controle Social. O Plano integra ainda três temas transversais: Relações de Gênero, Juventude e Sucessão Rural, Povos e Comunidades Tradicionais, entre outros.

Plano define diretrizes e estratégias para a agricultura familiar em Mato Grosso

Índice Municipal da Agricultura Familiar

As discussões para a criação do Índice Municipal da Agricultura Familiar (IAF) como critério de distribuição do novo ICMS, instituído pela Lei Complementar 746/2022, contaram com a participação da AMM. O índice será calculado considerando a adesão ao Sistema Estadual Integrado da Agricultura Familiar- SEIAF/MT, o cumprimento do termo de adesão e o índice de esforço municipal em dinamizar a agricultura familiar, apurado anualmente pela Secretaria de Estado de Agricultura Familiar.

O SEIAF é uma ferramenta de gestão que visa integrar e coordenar as políticas, programas, projetos e ações que trazem o desenvolvimento, o fortalecimento e a consolidação do segmento formado pelos agricultores familiares.

Agricultura familiar será um dos critérios de distribuição do novo ICMS



Foto: Licenciada Adobe Stock



Comissão debateu propostas para solucionar atraso nos repasses

Repasses da saúde

AMM liderou ações para garantir transferência de parcelas atrasadas aos municípios

Os atrasos no repasse de recursos estaduais da saúde aos municípios tornaram-se constantes entre 2016 e 2018, prejudicando a prestação dos serviços essenciais à população, penalizando principalmente os mais carentes que dependem, exclusivamente, do sistema público de saúde. Para resolver a questão, a Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) liderou várias ações para reivindicar a quitação dos débitos por parte do estado.

Em 2017, a instituição integrou uma Comissão Estadual para tentar resolver a questão, com a participação de prefeitos, deputados e representantes do governo do estado. A Associação apresentou uma proposta ao Executivo estadual, com ações financeiras e de gestão para resolver os problemas emergenciais de médio e longo prazo.

A AMM também mobilizou prefeitos durante encontro em Cuiabá, e juntos foram aos parlamentares estaduais, na Assembleia Legislativa, pedir que os deputados ajudassem a pressionar o governo para que regularize os repasses.

Diante da falta de solução para o problema, em setembro de 2017, a AMM protocolou uma ação judicial contra a Secretaria de Estado de Saúde para assegurar, naquela época, o repasse de R\$ 88.113.454,81 de recursos atrasados. O documento apontava várias consequências, como desabastecimento de medicamentos, atraso no pagamento da folha dos servidores municipais da saúde, falhas assistenciais na saúde pública, impossibilidade de atendimento/encaminhamento de pacientes, gerando para os municípios multas, juros e correções monetárias que não estão previstas no orçamento, além da consequente responsabilização junto ao Tribunal de Contas.

A Associação assinalou que os problemas foram acumulando e resultaram em hospitais fechados, unidades de saúde sem profissionais suficientes, além da falta de médicos, medicamentos, equipamentos e até mesmo de insumos, entre outras deficiências.

Ao final do ano de 2018, o Estado de Mato Grosso devia aos municípios R\$ 198,3 milhões, referentes aos valores não repassados em 2016, 2017 e 2018 (dados baseados em informações da Secretaria de Estado de Saúde e do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças – Fiplan). O montante referia-se aos programas de Atenção Básica, Farmácia Básica, Regionalização, Alta e Média Complexidade, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e Programa de Apoio e Incentivo aos Consórcios Intermunicipais (Paici).

A questão só foi resolvida a partir de 2019, quando o Governo do Estado começou a regularizar os repasses, pagando os meses correntes e, após alguns meses, passou a regularizar os valores atrasados.





Foto: AMM

Transporte Escolar

Reajuste do repasse aos municípios foi uma das prioridades da AMM

O transporte escolar foi uma das principais bandeiras defendidas pela Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), que buscou um valor justo no repasse do Governo do Estado aos municípios, considerando as características e particularidades de cada localidade. Nos últimos anos, a instituição realizou reuniões e encontros com governadores, vice-governadores, secretário de Educação, técnicos e representantes da Secretaria de Estado de Educação - Seduc para debater e buscar soluções para a questão.

Essas reuniões contaram com a presença de prefeitos, dirigentes e técnicos da AMM e apresentação de estudos que apontaram a realidade do transporte escolar e as necessidades dos municípios. Soma-se a isso, o fato de que 75% dos estudantes transportados pelos municípios são da rede estadual de ensino.

Até 2017, o valor por km rodado repassado era de apenas R\$ 1,80. Naquele ano, o valor por km passou a ser de R\$ 2,05, mais R\$ 0,475 por km relativos aos recursos oriundos do Fethab Diesel, totalizando R\$ 3,00. Mas o cálculo do custo médio aos municípios era de R\$ 3,50.



Defasagem no valor do repasse do transporte escolar dificulta a prestação do serviço à população



Foto: AMM

Atualização do repasse foi tratada em reuniões com representantes de diferentes gestões

Em 2023, o repasse chegou a R\$ 3,50 por km, mas a AMM e prefeitos apontam que seria de R\$ 7,00 para cobertura mínima do que os municípios gastam com o transporte escolar, com municípios chegando a gastar até R\$ 9,00 por km rodado. A defasagem dificulta a prestação do serviço pelos municípios.

Além do aumento dos recursos, a grande luta da AMM era pelo reconhecimento de que, em um estado com território tão grande como Mato Grosso, cada município tem suas particularidades no transporte rural, considerando a condição das estradas, linhas muito longas e as dificuldades que os municípios pequenos enfrentam para arcar com o custo de peças e mão de obra.

Em 2021, após luta e insistência da Associação e prefeitos, o governo do estado iniciou a renovação da frota dos ônibus escolares. No ano seguinte, o vice-governador Otaviano Pivetta e o secretário de Educação, Alan Porto, fizeram um acordo com a AMM para que fosse realizada até o final daquele ano uma pesquisa através da universidade de Minas Gerais, para o reajuste dos valores. A Seduc iniciou a pesquisa em 2023, mas nenhuma atualização tinha sido feita até o final do ano.



Conquistas Nacionais



Compensação da Lei Kandir

AMM defendeu restituição justa das perdas ocasionadas pela desoneração do ICMS sobre produtos para exportação

Uma das maiores conquistas da pauta municipalista nos últimos anos está na lei que definiu regras para compensação das perdas decorrentes da Lei Kandir, depois de um acordo entre a União, estados e municípios para encerrar disputas judiciais pela isenção do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadoria e Serviços) nas exportações.

A compensação mais justa das perdas com a Lei Kandir foi uma das principais bandeiras defendidas pela Associação Mato-grossense dos Municípios - AMM para auxiliar os municípios a equilibrar as contas. Em 2015 a instituição levantou a bandeira da restituição integral, considerando as perdas para os cofres municipais, devido às desonerações do ICMS sobre produtos para exportação.

A AMM montou um grupo de trabalho responsável por elaborar um estudo sobre as perdas decorrentes da Lei Kandir para cada município. O estudo foi apresentado aos parlamentares federais e contou com o importante apoio do senador Wellington Fagundes que apresentou o PLS 288/2016, que resultou na Lei Complementar 176/20, obrigando o governo federal a repassar R\$ 58 bilhões para estados e municípios, como compensação das perdas pela desoneração das exportações.

Além disso, outros R\$ 4 bilhões devem ser repassados provenientes do leilão de petróleo do Pré-sal. Com isso, o valor total chega a R\$ 65,6 bilhões, sendo 75% aos estados e 25% aos municípios brasileiros.

Criada em 1996, a Lei Kandir desonerou as exportações e a questão se tornou uma disputa judicial. Até então, a União repassava alguma compensação ínfima, sem nenhuma obrigatoriedade. Vários estados entraram

com ações no Supremo Tribunal Federal (STF) que, em 2016, deu ganho de causa aos estados.

Mas a aprovação da legislação obrigando a compensação só seria aprovada em 2020, depois de passar pelo Senado Federal, Câmara dos Deputados e sanção presidencial. Vencia-se, assim, uma luta de mais de 20 anos, corrigindo uma dívida histórica da União com os estados e municípios produtores.

Mato Grosso e seus municípios estão entre os maiores beneficiados, já que o estado é o maior produtor brasileiro de grãos e carnes para a exportação.

Os resultados foram imediatos. Somente no final de 2020, os municípios de Mato Grosso receberam quase R\$ 141 milhões. Outros R\$ 170 milhões foram repassados no ano seguinte. Em 2022, o repasse foi de pouco mais de R\$ 154 milhões e o ano de 2023 terminou com R\$ 128 milhões nos cofres dos municípios. O total, entre os anos de 2015 a 2023, para os municípios mato-grossenses chegou a R\$ 623,7 milhões.

Liberação do FEX

A compensação das perdas com a Lei Kandir era feita por meio do Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (FEX) e, de 2015 a 2017, os municípios de Mato Grosso receberam o montante de R\$ 328,4 milhões, fruto de intensa mobilização da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), que montou um grupo de trabalho para levantar dados sobre as perdas nos cofres das administrações municipais em Mato Grosso. A compensação passou a ser obrigatória com a aprovação, em 2020, pelo Congresso Nacional, de legislação própria.



O FPM é uma das principais fontes de receita das prefeituras

Repasse extra do FPM garante reforço financeiro aos municípios

Emendas Constitucionais garantiram parcelas do Fundo nos meses de julho, setembro e dezembro

Um importante avanço do Movimento Municipalista está na Emenda Constitucional 112/2021, que estabelece o repasse de 0,25% do valor do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e o aumento gradual do repasse, até alcançar o total de 1% em 2025. A conquista ficou conhecida como 1% de setembro.

O FPM é uma das principais fontes de receita das prefeituras e, até então, os repasses extras eram realizados em julho e dezembro. Após a aprovação das emendas constitucionais 55/2007 e 84/2014. Desde 2022, os gestores passaram a contar com um extra também em setembro.

As cotas-extras são calculadas com base na arrecadação líquida do Imposto de Renda (IR) e do

Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), que compõem o FPM.

A luta por essa conquista levou quatro anos de mobilização junto ao Congresso Nacional. O reforço é fundamental já que, tradicionalmente, a arrecadação registrava queda em setembro. Isso levou o movimento municipalista a defender o terceiro repasse extra.

Em setembro de 2023, o repasse chegou a R\$ 1,8 bilhão para as prefeituras de todo o Brasil. Para os municípios de Mato Grosso, o repasse extra de setembro, nos anos de 2022 e 2023, chegou a R\$ 55 milhões.

Entre os anos de 2015 a 2023, as parcelas extras de julho, também para os municípios mato-grossenses, somaram R\$ 720 milhões, e os repasses referentes ao adicional de dezembro, totalizaram R\$ 678 milhões.

Auxílio financeiro recuperou queda no FPM

Repasse foi feito em 2018 e as perdas vinham sendo registradas desde 2015

Em 2017, levantamento realizado mostrava que os municípios deixaram de receber R\$ 4 bilhões do FPM, já que as transferências feitas pelo Ministério da Fazenda estavam abaixo das expectativas. E isso vinha se repetindo desde 2015.

Essa situação mobilizou os municípios, o Congresso Nacional aprovou e o então presidente Michel Temer

sancionou a lei que abriu crédito de R\$ 2 bilhões para os ministérios da Educação, da Saúde e do Desenvolvimento Social para viabilizar o auxílio financeiro aos municípios. Tudo com o objetivo de superar as dificuldades financeiras que já se apresentavam há anos.

A parcela destinada a cada ente federado foi definida pelos mesmos critérios de transferências do FPM e os municípios deveriam aplicar os recursos preferencialmente em saúde e educação. No caso dos municípios de Mato Grosso, o repasse chegou a R\$ 36.207.821,22.

Compensação pelas perdas de ICMS sobre combustíveis

A redução do ICMS dos combustíveis ocorreu em 2022 e originou várias ações no Supremo Tribunal Federal

Os estados brasileiros e o Distrito Federal devem receber da União, até 2025, recursos no valor de R\$ 27 bilhões, como compensação pela perda de receita resultante da redução do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) incidente sobre os combustíveis. Do total de recursos 25% irão para os municípios. A redução do ICMS ocorreu em 2022 como medida para baixar o preço dos combustíveis, provocando a perda de receitas para os estados e municípios.

Do valor total, R\$ 8,7 bilhões seriam repassados até o final de 2023. Os recursos foram aprovados pelo Congresso Nacional como crédito orçamentário de 2023. O repasse já estava previsto na Lei Complementar 201/2023, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Sem essa compensação, muitos municípios brasileiros estariam em situação mais difícil ainda para cumprir os



seus compromissos e garantir serviços públicos de qualidade para a população.

A redução do ICMS dos combustíveis em 2022 originou várias ações no Supremo Tribunal Federal (STF), com estados e municípios reivindicando os valores que deixaram de ser arrecadados entre junho a dezembro de 2022. A luta envolveu várias associações de municípios, inclusive a Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM). Um acordo entre a União e os entes federados resultou na compensação pelas perdas, e o governo federal concordou em antecipar para 2023 parte dos repasses que só estavam previstos para o ano de 2024.

FPM

Outros R\$ 7,1 bilhões também foram repassados em 2023 para compensar a redução nas transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) no ano. A União transferiu às prefeituras a diferença entre os valores creditados em 2023 e 2022, no período de julho a setembro, com correção financeira.

Censo do IBGE muda índices do Fundo de Participação dos Municípios

Aprovação de Lei Complementar viabilizou redução gradativa no repasse de recursos para os municípios que perderam população

Cerca de 800 municípios brasileiros sofreram redução populacional no período de 2010 a 2022, conforme o Censo 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A redução afeta diretamente os índices de distribuição de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Dos 141 municípios mato-grossenses, 36 tiveram mudanças no coeficiente adotado para repasse do FPM, sendo que 20 apresentaram acréscimo, 16 redução e os demais mantiveram os mesmos coeficientes.

A situação mobilizou prefeitos e a entidades representativas de todo o Brasil, assim como a Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), que realizou um levantamento das perdas de recursos que o Censo representaria para cada um dos municípios que tiveram redução populacional.

Para evitar a queda brusca nos repasses, foi aprovado pelos deputados e senadores – e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou – a Lei Complementar 198/2023. A partir de então, as mudanças nos repasses serão gradativas, de 10% ao ano, numa transição de dez anos, atenuando a ameaça representada pela redução imediata do FPM.

O cálculo para a fixação dos coeficientes individuais de participação dos municípios é feito com base em duas



Censo 2022: Em Mato Grosso, 16 municípios tiveram redução no número de habitantes

variáveis: a população de cada cidade e a renda per capita de cada estado. Ambas são calculadas e divulgadas pelo IBGE.

O FPM é uma das principais fontes de receita dos municípios, especialmente os pequenos, e contribui para o pagamento de despesas obrigatórias, inclusive os salários dos servidores. Já os municípios que registraram aumento populacional receberam em julho de 2023 o FPM com acréscimo.

Recursos do Pré-sal

Entes federados passaram a receber parcela de 30% sobre o leilão do excedente de petróleo

Uma das maiores vitórias do movimento municipalista em 2019 foi a aprovação da divisão dos recursos da cessão onerosa dos campos de petróleo do pré-sal. Até então, não havia garantias de que os entes federados teriam acesso ao recurso, o que só aconteceu após aprovação de uma proposta no Congresso Nacional e sanção do então presidente da República, Jair Bolsonaro.

Pela proposta, todos os entes receberam a garantia de ficar com uma parcela (30%) do que foi pago para explorar o excedente de petróleo encontrado no pré-sal, chamado bônus de assinatura (pagamento que a empresa ganhadora da licitação realiza na assinatura do contrato de exploração), da seguinte forma: R\$ 34,6 bilhões para a Petrobras - pagos



Municípios de Mato Grosso receberam R\$ 280 milhões dos recursos da cessão onerosa dos campos de petróleo do pré-sal

ainda em 2019; 15%: estados e Distrito Federal - R\$ 10,8 bilhões; 15%: municípios brasileiros - R\$ 10,8 bilhões; 3%: estado do Rio de Janeiro, onde estão as jazidas - R\$ 2,16 bilhões; R\$ 48,14 bilhões para a União - R\$ 12,3 bilhões em 2019 e R\$ 35,8 bilhões em 2020.

O texto aprovado pelo Congresso assegura também que, do total previsto para ser destinado aos estados e municípios de todo o país,

R\$ 5,9 bilhões fossem encaminhados ainda em 2019. Um alívio importante aos cofres do governo federal, dos estados e municípios.

O governo federal arrecadou com o leilão quase R\$ 70 bilhões e o critério adotado para a divisão foi o mesmo utilizado para as transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Com isso, entre 2019 e 2022, os municípios de Mato Grosso receberam R\$ 280.743.522,59.

Repatriação de ativos

Parte dos recursos relativos à legalização foi repassado aos entes federados

Estados e municípios empreenderam uma batalha em 2016 para ter direito a parte dos recursos relativos à legalização de ativos remetidos ao exterior sem a devida declaração à Receita Federal.

A Lei 13.254/2016 permitiu que contribuintes brasileiros regularizassem bens e direitos de origem lícita mantidos no exterior, sem a declaração no tempo devido ou declarados com incorreções.

A primeira repatriação ocorreu em 2016, com multa de 100% e alíquota de 15%. Uma segunda repatriação, logo em seguida, manteve a mesma alíquota, mas estabeleceu multa de 135%. Com isso, a União recolheu R\$ 45,7 bilhões e, desse total, 46% foram repassados a estados e municípios.

Mato Grosso recebeu R\$ 90,5 milhões no período de 2016 a 2017. Já em relação às multas, as prefeituras receberam R\$ 100 milhões em 2016.



Lei permitiu que contribuintes brasileiros regularizassem bens e direitos de origem lícita mantidos no exterior

Em 2023, era esperada a aprovação do Projeto de Lei 798/2021 pela Câmara dos Deputados, que reabriria um novo prazo para a repatriação de bens e recursos mantidos no exterior. O projeto já tinha sido aprovado, no final de outubro de 2023, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, abrindo a possibilidade de novos repasses para os municípios.

Nova Lei das Licitações entra em vigor em 2024

Legislação promete mais modernidade e eficiência na gestão dos recursos

Aprovada em 2021, a Lei das Licitações (Lei 14.133/2021) pretende garantir contratações imparciais, sempre levando em consideração o interesse coletivo. Além disso, previu limite de 25% para as alterações contratuais em casos de modificação do projeto ou do valor contratual. A partir de janeiro de 2024, a nova lei passa a regular todas as compras e contratações da administração pública.

A legislação promete ser mais moderna e eficiente e substitui a Lei 8.666/93, que completou 30 anos em junho de 2023. Também revoga a Lei do Pregão e o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, sendo a única legislação que irá vigorar sobre todas as fases da licitação, suas modalidades e instrumentos auxiliares.

A Lei das Licitações levou em consideração os avanços da tecnologia e incorporou novos processos e procedimentos, que já vinham sendo adotados nas contratações públicas nos últimos anos.

E mesmo tendo sido aprovada em 2021, a Lei 14.133/2021 ainda passou por ajustes no Congresso Nacional em 2023. Em novembro daquele ano, os parla-

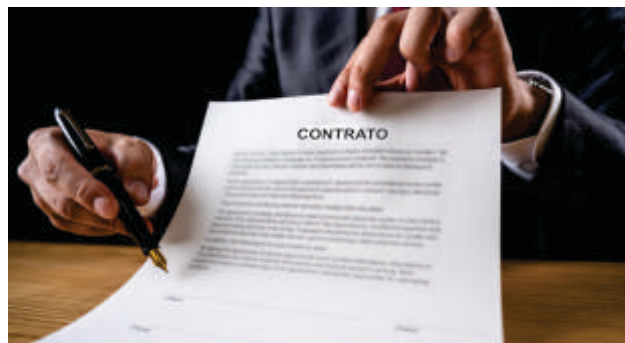


Foto: Licenciada Adobe Stock

Legislação anterior tinha mais de trinta anos

mentares aprovaram o Projeto de Lei (PL) 3954/2023, promovendo mudanças na Lei 14.133/2021. Com as alterações, passou a ser facultado a adesão de município à ata de registro de preços licitada por outro município.

A mudança foi uma proposta da Confederação Nacional de Municípios (CNM). O PL também possibilitou a disputa fechada em licitações de até R\$ 1,5 milhão; a execução e a liquidação do objeto remanescente de contrato administrativo rescindido; a prestação de garantia na forma de título de capitalização, além da gestão e a aplicação dos recursos de convênios e contratos de repasse.

A CNM aponta que as novas regras trarão mais agilidade na aquisição de bens e serviços e uma possível redução na quantidade de obras paralisadas. Também define prazo máximo de 30 dias para o pagamento às empresas após cada fase concluída da obra, e permite a convocação da segunda colocada na licitação quando a vencedora não assinar o contrato.

Recolhimento do ISS continua sendo na sede das empresas

Movimento municipalista lutou por mudanças, mas o STF manteve regra anterior

Uma das principais lutas do movimento municipalista nos últimos anos previa que as empresas que prestam serviços deveriam recolher o Imposto Sobre Serviços (ISS) no local onde as compras e/ou serviços foram efetuados. Entre essas empresas constam planos de saúde, consórcios, cartão de crédito ou débito, arrendamento mercantil, entre outras.

A luta começou em 2016, com a aprovação da Lei Complementar 157/2016 e o recolhimento do ISS no município onde estava o tomador de serviço, o que iria gerar um reforço no caixa nos entes locais. Mas, as empresas alegaram que seria necessário um controle muito complexo, já que algumas delas têm consumidores espalhados em todo o Brasil e até fora dele. Segundo a alegação dessas empresas, a situação gerou insegurança jurídica.

A questão envolveu disputas judiciais, que chegaram ao Supremo Tribunal Federal (STF), e a corte decidiu a favor das empresas. O imposto, então, continua sendo recolhido na sede da empresa e não no local onde o serviço é prestado.



Foto: STF

A questão envolveu disputas judiciais que chegaram ao Supremo Tribunal Federal

Novas regras para improbidade administrativa

A principal novidade é a necessidade de comprovação do dolo supostamente causado pelo gestor

Um avanço que gerou segurança jurídica na administração pública foi a sanção da Lei 14.230/2021, que altera a caracterização de improbidade administrativa para o agente público. A principal novidade é a necessidade de comprovação do dolo supostamente causado pelo gestor. Ou seja, é preciso ter provas de que houve má-fé intencional, que tenha resultado em prejuízos para a administração pública.

Além da má-fé, os atos de improbidade administrativa incluem o enriquecimento ilícito, lesão ao erário ou violação dos princípios e deveres da administração pública.

Entre outras mudanças, a nova lei estabelece que somente o Ministério Público pode ser o titular de ações de improbidade. Até então, qualquer pessoa jurídica poderia ser autora, o que gerava certa insegurança e abria espaço para



Foto: Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados

Perda da função pública e suspensão dos direitos políticos são algumas das penas estabelecidas pela nova legislação

disputas políticas e/ou eleitorais. E a legislação também estabelece prazo para prescrição dos crimes. Se prescrever, o processo deve ser arquivado.

Outro ponto está na possibilidade de realizar acordo ou conciliação em caso de improbidade confirmada. Com isso, as ações poderão ser encerradas em menor prazo, dependendo da vontade de cada uma das partes.

Pela nova legislação, as penas vão da perda de bens ou valores adquiridos ilícitamente, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, pagamento de multa e a proibição de contratar com o poder público.

A Lei tem origem no projeto 2.505/2021, aprovado no Congresso Nacional e sancionado pelo presidente.

Proibida a criação de novos encargos

Pela Emenda Constitucional, novos encargos só com previsão da fonte de financiamento

A promulgação, pelo Congresso Nacional, da Emenda Constitucional 128/2022 proibindo a criação de novos encargos para os municípios sem a devida previsão da fonte de financiamento é considerada mais uma importante vitória resultado de uma luta que durou anos. Gestores sabem como, ao longo dos anos, os municípios foram recebendo encargos sem a devida compensação pelas novas responsabilidades assumidas, o que levou muitas dificuldades para o caixa, comprometendo a qualidade dos serviços oferecidos à população.

Os novos encargos pressionavam os cofres, exigindo recursos que nem sempre estavam disponíveis. Agora, com a Emenda Constitucional, isso não mais será possível. Uma vitória do movimento municipalista que garante mais segurança aos gestores, já que a contrapartida por novos encargos agora é obrigatória.

Agora, a cada novo encargo, deverá estar prevista qual a fonte orçamentária e financeira ou de onde será feita a transferência necessária para a prestação daquele serviço, incluindo despesas de pessoal e seus encargos.



Foto: CNN

Medida é considerada uma importante vitória do movimento municipalista

Com isso, os municípios ganham segurança ao assumirem os novos encargos, já que a capacidade de execução estará garantida. É o fim da oneração dos municípios sem a devida compensação.

Um exemplo recente está na aprovação do piso salarial nacional para os profissionais de Enfermagem, que poderia comprometer o caixa dos municípios. Uma decisão do Supremo Tribunal Federal confirmou que os municípios só poderão pagar o piso conforme o valor repassado pela União, já que muitas prefeituras não têm como arcar com esse custo.

Outro exemplo estava na tentativa de obrigar os municípios a fornecerem uniformes a todos os alunos da rede pública, o que oneraria o caixa das prefeituras. A obrigatoriedade foi rejeitada.



Foto: Pedro França / Agência Senado

Senadores debateram sobre o tema em sessão remota

Auxílio financeiro na pandemia

Transferência de recursos ajudou os municípios a enfrentarem os desafios estabelecidos pela emergência em saúde

Os municípios foram diretamente afetados pela pandemia da Covid-19, já que o comércio fechou as portas e vários outros setores da economia reduziram as atividades, comprometendo a arrecadação de tributos. Enquanto isso, o aumento pela demanda de serviços de saúde pública foi na mesma proporção que a pandemia avançava sobre a população.

A primeira parcela de recursos foi liberada logo em abril de 2020, quando a pandemia ainda estava no começo. Foram R\$ 3,9 bilhões liberados em parcela única a estados, municípios e Distrito Federal.

Em julho, a portaria 1.666/2020 transferiu recursos financeiros de R\$ 13,8 bilhões imediatamente para atender estados, o Distrito Federal e os municípios em parcela única. Mato Grosso recebeu R\$ 226.024.389,00.

Os recursos eram destinados ao custeio das ações e serviços de saúde para o enfrentamento da emergência em saúde pública.

Ainda em 2020, a portaria 1857 definiu novas regras e critérios para o Programa Saúde na Escola e o incentivo financeiro para o custeio das ações.

O Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, aprovado pelo Congresso Nacional, também estabeleceu que a União destinasse R\$ 60 bilhões a estados e municípios brasileiros. Além dos repasses, os estados e municípios foram beneficiados com suspensão e renegociação de dívidas, o que ampliou o auxílio a um total de R\$ 125 bilhões.

Ainda em 2022, o Ministério da Saúde baixou a portaria 377 destinando recursos para o cuidado de pessoas com sequelas da covid-19.

Ao final de 2022, o governo federal divulgou os números dos repasses a estados e municípios de todo o país em decorrência da Covid-19, que chegaram a quase R\$ 600 bilhões.

Mas os valores incluem os repasses de rotina, previstos na Constituição, além do auxílio emergencial para milhares de brasileiros, e a suspensão da dívida. Em Mato Grosso, os municípios receberam o total de R\$ 1,5 bilhão.

Em Mato Grosso, os municípios receberam o total de R\$ 1,5 bilhão



Apoio à cultura

O setor cultural foi duramente afetado pela pandemia do coronavírus, levando ao desemprego milhões de brasileiros em todos os municípios. Para garantir emprego e renda, o governo federal aprovou a Lei Aldir Blanc, que destinou R\$ 3 bilhões para estados e municípios brasileiros em apoio ao setor cultural e pelo menos 61,1% dos municípios brasileiros distribuíram recursos proveniente da lei.

Mato Grosso foi um dos estados que aplicou 100% dos recursos, promovendo atividades culturais em vários municípios do estado. Ao total, foram R\$ 25 milhões que chegaram aos cofres das prefeituras e foram aplicados na promoção de eventos que permitissem a participação dos artistas e do público seguindo as limitações sanitárias impostas pela pandemia.

Em 2023, mesmo após a pandemia, o governo federal continuou a repassar recursos. A aprovação da Lei Aldir Blanc 2, em julho de 2023, prevê o repasse anual de R\$ 3 bilhões para estados e municípios de todo o país até 2027. Já a Lei Paulo Gustavo direciona R\$ 3,86 bilhões do superávit financeiro do Fundo Nacional de Cultura (FNC) aos entes federados, sendo que a maior parte da verba deverá ser aplicada no setor de audiovisual.

Mato Grosso aplicou 100% dos recursos, promovendo atividades culturais em vários municípios

Mato Grosso cumpriu a meta de adesão à Lei Paulo Gustavo (195/2022) e está apto a receber recursos para fomento a atividades culturais. Das 141 prefeituras, cerca de 90%, o equivalente a 124 municípios, encaminharam os planos de ação ao Governo Federal dentro do prazo exigido, encerrado em julho de 2023.

Dessa forma, a expectativa é que sejam disponibilizados R\$ 66,47 milhões para Mato Grosso, sendo que R\$34,96 milhões serão geridos pelo Estado e R\$ 31,51 milhões pelas prefeituras.

Os municípios de Mato Grosso receberam em 2020 valores que chegaram a R\$ 25,3 milhões.

Assistência Social

Durante a pandemia, as gestões municipais receberam uma demanda muito grande por atendimento à família e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, agravada pela Covid-19.

Diante dessa situação, o governo federal disponibilizou recursos financeiros emergenciais para execução de ações socioassistenciais e estruturação do Sistema Único de Assistência Social, diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social para os fundos estaduais e municipais. Mato Grosso recebeu R\$ 36 milhões nesse período.

Orientação aos municípios

AMM reivindicou atendimento de demandas e intensificou orientação técnica aos gestores durante a pandemia

A pandemia da Covid-19 foi um dos períodos em que a Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) mais atuou fornecendo informações às prefeituras e auxiliando nas demandas da população. O período foi marcado pelo desencontro de informações, por isso era fundamental aos gestores municipais ter dados precisos sobre temas como medidas sanitárias, atendimento à saúde e auxílio financeiro, para que pudessem adotar as ações necessárias e cumprir a legislação.

Logo que a pandemia foi decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em março de 2020, uma das ações da AMM foi disponibilizar no site da instituição um campo exclusivo para divulgação de conteúdos sobre a Covid-19. O espaço reuniu matérias, publicações e orientações sobre o enfrentamento da crise em saúde, com o objetivo de facilitar o acesso dos gestores, servidores municipais e população às informações. Outra medida foi a abertura de espaço no Diário Oficial da AMM para dar publicidade aos atos administrativos das prefeituras relacionados à pandemia.

A sede da AMM permaneceu fechada no período mais intenso da pandemia, mas os colaboradores trabalharam de forma remota atendendo as necessidades das prefeituras. A Associação realizou diversas videoconferências com prefeitos, Governo do Estado, representantes de secretarias estaduais, Assembleia Legislativa, parlamentares, Tribunal de Contas (TCE-MT), Governo Federal, Ministérios e a Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

Por meio de notas técnicas, a AMM atualizava e enviava encomendações aos municípios sobre medidas sanitárias e restritivas para conter a doença, distanciamento social, fechamento de comércio, compra e uso de máscaras e álcool em gel, atendimento à saúde, compra



Foto: AMM

Videoconferências trataram sobre procedimentos a serem adotados durante a emergência em saúde



Foto: Rovena Rosa - Agência Brasil

Instituição integrou Comissão Especial da Assembleia Legislativa que discutiu a retomada das atividades escolares

de medicamentos, leitos hospitalares, suspensão e retorno às aulas, kits de merenda escolar, reforços financeiros, além da vacinação.

Entre as muitas ações da AMM no período estão:

Saúde: mobilização junto aos Governos Federal e Estadual para viabilizar máscaras cirúrgicas descartáveis e respiradores mecânicos para atender as prefeituras; testagem da população; melhoria das estruturas de saúde dos municípios para atendimento aos pacientes com Covid; reunião com consórcios municipais e laboratórios para aquisição de vacinas contra a Covid-19.

Educação: participação na Comissão Especial da Assembleia Legislativa que discutiu a retomada das atividades escolares; Coordenação do debate sobre retorno às aulas na rede municipal; levantamento e orientação sobre a distribuição de kits da merenda escolar;

Finanças: orientação aos gestores e secretários sobre o cenário das finanças municipais, medidas nas áreas financeiras e fiscal, dispensa de licitação e aquisições

durante pandemia, auxílio financeiro emergencial, entre outros temas; reivindicação junto aos governos Estadual e Federal e parlamentares para o reforço financeiro aos municípios, especialmente no combate a pandemia e no atendimento aos pacientes.

Medidas Sanitárias: reiteradas recomendações de adoção de medidas restritivas de biossegurança para evitar a disseminação da Covid-19, como instalação de barreiras sanitárias na entrada e saída dos municípios, inspeção do transporte intermunicipal, cancelamento de eventos, liberação de servidores que integravam o grupo de risco, adoção de trabalho remoto quando possível, entre outros; fechamento do comércio quando determinado em decretos; solicitação ao Tribunal de Justiça de audiência de conciliação para definição dos critérios para elaboração de decretos municipais relativos a pandemia; entre outros.



Eventos

2015-2023



Gestores se reuniram com o então ministro Gilberto Kassab para apresentar demandas

Foto: Vicente de Souza

Infraestrutura para os municípios

Prefeitos pediram apoio do Governo Federal para concluir obras de habitação e pavimentação

Prefeitos integrantes dos Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento de Mato Grosso se reuniram, em fevereiro de 2016, com o então ministro das Cidades, Gilberto Kassab. O objetivo foi apresentar as demandas dos gestores, que enfrentavam dificuldades para concluir obras de infraestrutura nos municípios, como habitação e pavimentação.

Antes de atender os consórcios separadamente, Kassab se reuniu com todos os prefeitos e reconheceu a difícil situação financeira dos municípios. Mais de 120 gestores participaram da solenidade, realizada no auditório da Arena Pantanal, em Cuiabá. O ex-ministro ressaltou que as prefeituras que não contam com o apoio governamental não têm como avançar devido à falta de recursos para investimento. "A realidade dos municípios é muito difícil. A receita mal dá para pagar o salário do funcionalismo. Não há saída para o Brasil que não seja um novo pacto federativo", afirmou. Ele destacou, ainda, que o problema do governo federal não são os recursos e sim bons projetos.



Foto: Assessoria Prefeitura Municipal de Brasnorte

Em 2015 foram realizadas reuniões, em Brasília, com o ministro Kassab para solicitar a prorrogação de prazos e a liberação de recursos de convênios, que estavam em atraso. Outro assunto tratado com o ministro foi sobre os restos a pagar de 2013 e 2014, inerentes a emendas parlamentares.



Foto: Vicente de Souza

Desafios e oportunidades para os municípios foram abordados durante o evento

Novos Gestores

AMM reuniu prefeitos eleitos e reeleitos para debater alternativas para uma gestão eficiente

Para debater os desafios que os gestores iriam enfrentar no novo mandato (2017-2020), a Associação Mato-grossense reuniu prefeitos eleitos e reeleitos em um grande encontro, realizado em outubro de 2016. O evento contou com um ciclo de palestras com a participação de representantes dos poderes Legislativo, Judiciário, órgãos de controle, entre outros segmentos. Os palestrantes debateram as alternativas para a construção de uma gestão eficiente, mediante o reflexo da crise nas administrações municipais. Cerca de 80 prefeitos eleitos e reeleitos participaram do evento, realizado em Cuiabá.

Entre as conquistas do movimento municipalista apresentadas, destacam-se a aprovação no Congresso Nacional do aumento de 1% do Fundo de Participação Municípios e a luta para garantir o repasse às prefeituras, o que ocorreu de forma parcelada entre os anos de 2015 e 2016.

Durante o evento, os participantes ressaltaram que a união dos gestores e o respaldo de entidades representativas dos municípios, como a AMM e a Confederação Nacional dos Municípios, são considerados essenciais para garantir conquistas institucionais.

Os serviços que a AMM presta aos municípios, como atendimentos nas áreas Técnica, de Apoio, Jurídico, Capacitação, Projetos, Institucional, Diário Oficial, Comunicação, entre outras áreas, também foram apresentados.

Um dos desafios apontados foi o fortalecimento dos Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento



Foto: Vicente de Souza

Prefeitos assistiram a um amplo ciclo de palestras sobre gestão pública

Econômico e Social. A intenção era, em conjunto, encontrar alternativas para desenvolver as microrregiões e as receitas próprias dos municípios.

O Encontro abordou vários temas inerentes à gestão pública, apresentados por representantes dos poderes legislativo, judiciário, órgãos de controle, entre outros.

Novo mandato

No início de 2021 a AMM foi parceira da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) na realização de um seminário para os gestores que assumiram o mandato naquele ano. O evento, realizado de forma on-line, apresentou as conquistas do movimento municipalista e destacou a importância da união e a atuação dos prefeitos como fatores fundamentais para garantir novas conquistas para os municípios.



Foto: Vicente de Souza

Financiamento da gestão pública foi um dos assuntos tratados no evento

Orientação aos eleitos

Seminário promovido pela CNM apresentou aos prefeitos a realidade dos municípios brasileiros

Após as eleições de 2016, prefeitos eleitos e reeleitos participaram do Seminário Novos Gestores, realizado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), em Brasília. O evento foi considerado uma grande oportunidade para os novos gestores conhecerem a realidade dos municípios brasileiros. O seminário também capacitou e orientou os prefeitos para enfrentar os desafios iminentes, como a queda de receita.

Uma comitiva de prefeitos eleitos e reeleitos de Mato Grosso participou do evento, que reuniu gestores das regiões Centro-Oeste e Norte. Prefeitos de outras regiões participaram de reuniões realizadas posteriormente.

Um dos temas tratados durante o seminário foi o financiamento da gestão pública, abordado pelo



Foto: Vicente de Souza

Gestores de Mato Grosso na nova sede da Confederação Nacional dos Municípios

presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, que apresentou um comparativo do gasto médio das prefeituras e do valor repassado pela União para o custeio da merenda escolar, Programa Estratégia Saúde da Família (ESF) e transporte escolar.

Com poucos recursos em caixa, muitas atividades da prefeitura ficam travadas e não conseguem avançar. Entre elas, as obras. Esse foi mais um tópico abordado pelo líder municipalista ao falar sobre as emendas parlamentares.

Encontro jurídico

A judicialização da saúde foi um dos principais assuntos debatidos no evento, que reuniu representantes de várias prefeituras

O debate sobre as questões jurídicas pautou encontros realizados pela Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) entre 2015 e 2023. O primeiro grande evento aconteceu em junho de 2015, com o I Encontro dos Assessores Jurídicos Municipais. O objetivo foi promover o diálogo e a troca de experiências, buscando soluções e alternativas para as administrações municipais.

Entre os painéis apresentados estão a Judicialização da Saúde em Mato Grosso e as Ações do Tribunal de Justiça através da Comissão Estadual sobre Drogas Ilícitas, além da apresentação das ações jurídicas da Associação e mesa de debates e orientações.

O painel sobre Judicialização da Saúde reuniu representantes do Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública para debater as competências de

cada ente envolvido no assunto. O tema integrou a programação do evento devido ao grande número de processos judiciais envolvendo os municípios, visando o atendimento de saúde de média e alta complexidade.

Também foi realizado um painel sobre Ações do Tribunal de Justiça através da Comissão Especial sobre Drogas Ilícitas e a proposição de Planos Municipais de Combate às Drogas.



Foto: AMM

Contabilidade pública



Foto: AMM

As mudanças introduzidas pela Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público foram debatidas em um curso realizado pela Associação Mato-grossense dos Municípios, em agosto de 2015. Cerca de 230 servidores municipais participaram da capacitação, destinada a contadores públicos e técnicos das prefeituras. Entre as principais alterações que constam no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), destacam-se as seguintes: adoção de um plano de contas único para União, estados e municípios; novos demonstrativos contábeis; adoção de novos procedimentos, tais como depreciação, amortização, provisões, implantação de sistema de custos, entre outros.

Período eleitoral

Os cuidados que os gestores devem ter no período eleitoral foi um dos assuntos tratados, em julho de 2016, com a então presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas, com a participação do vice-presidente e corregedor, Luiz Ferreira da Silva e também do juiz auxiliar da presidência, Lídio Modesto. Durante a reunião, foi anunciado pela desembargadora o seminário sobre Direito Eleitoral, realizado em agosto de 2016 para debater vários temas. O objetivo foi esclarecer os juízes sobre os procedimentos a serem adotados durante o período eleitoral em Mato Grosso.



Foto: AMM

Fundamentos de Licitação



Foto: AMM

A AMM realizou em fevereiro de 2017 o curso de Fundamentos de Licitação e Formação de Pregoeiro. Cerca de 200 servidores das prefeituras se inscreveram na capacitação, que teve o objetivo de preparar os técnicos municipais para desenvolver as atividades com eficiência. A grande renovação das prefeituras no novo mandato, que iniciou em 2017, aumentou a necessidade da promoção de curso voltado para a área. A atividade desenvolvida pelo pregoeiro é considerada muito importante para a gestão municipal, pois concentra atribuições que devem ser desempenhadas por um servidor público altamente capacitado.

Planejamento governamental

As principais questões relacionadas ao planejamento governamental foram abordadas na capacitação sobre a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e do Planejamento Plurianual (PPA), realizada pela Associação Mato-grossense dos Municípios em março de 2017. Durante o curso, foi destacado que as dificuldades para o planejamento orçamentário são comuns em municípios de todo o país e um planejamento mal elaborado dificulta a avaliação das políticas públicas. O curso foi realizado em parceria com a RLZ Sistemas de Informação Municipal, representante regional da Fiorilli Software.

Foto: AMM



Formalidade contratual

Foto: AMM



A Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM realizou em março de 2017 o curso sobre Contratos Administrativos, dirigido a servidores de prefeituras que atuam no setor. A capacitação, que teve carga horária de 24 horas/aula, foi promovida no auditório do Tribunal de Contas de Mato Grosso – TCE, com a participação de cerca de 120 técnicos municipais. A formalidade contratual é considerada imprescindível para as prefeituras, envolvendo todos os setores da administração municipal. O conteúdo programático foi abordado por meio de estudos de caso, realização de exercícios, aplicação de questionários eletrônicos, entre outros.

Gerente de Convênio

O Workshop de Capacitação dos Gerentes Municipais de Convênios – GMC e Siconv foi realizado em maio de 2017 pela Associação Mato-grossense dos Municípios, em parceria com a Caixa Econômica Federal e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – Ibam. A capacitação contou com a presença de cerca de 150 participantes. Equipe técnica da Caixa e do Ibam ministraram a capacitação, realizada no auditório do Tribunal de Contas de Mato Grosso. A parceria com o Ibam se consolidou através do Programa de Qualificação da Gestão Ambiental - PQGA, que possui uma plataforma de serviços em gestão ambiental para municípios do bioma Amazônia brasileiro.



Foto: AMM

Gestão Financeira

A incorporação das mudanças da Lei Complementar 157/2016, que trata das alterações do Imposto sobre Serviços – ISS à legislação municipal, foi uma das principais orientações aos gestores participantes do Seminário A Nova Lei do ISS e a Gestão Financeira Municipal, que a Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM realizou, em agosto de 2017, em parceria com a Confederação Nacional dos



Foto: AMM

Municípios – CNM. A programação se estendeu durante o dia todo e incluiu abordagens sobre o passo a passo para a atualização da legislação local, alternativas para o incremento de receitas municipais, Rede Municipalista em Ação, Efetividade na Execução Fiscal, Evolução das Receitas dos Municípios, Ferramenta Geocidades para Incrementos de Receitas, além da Formação do Índice do ICMS dos municípios.

Adesão ao eSocial

Para orientar os municípios sobre a adesão ao eSocial a Associação Mato-grossense dos Municípios realizou, em setembro de 2017, o Workshop de Orientação Sobre o eSocial nas Prefeituras de Mato Grosso. O evento, promovido no auditório da instituição, contou com a participação de representantes de diversas regiões. O eSocial é um instrumento de unificação de informações referentes às obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas e tem por finalidade padronizar a transmissão, validação, armazenamento e distribuição dos dados, constituindo um ambiente nacional. O evento contou com a parceria da Delegacia da Receita Federal em Mato Grosso e da Secretaria de Estado de Gestão. Nos anos seguintes, a AMM realizou várias capacitações, presencial e on-line, para esclarecer os técnicos municipais sobre o assunto.



Foto: AMM

Contratações públicas

Foto: AMM



Em outubro de 2017 a Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM realizou o curso sobre Fundamentos de Licitação e Formação de Pregoeiros. O objetivo foi garantir que os técnicos municipais estivessem aptos a desenvolver suas atividades com eficiência. As contratações de serviços e aquisição de produtos por parte das prefeituras são feitas, em sua maioria, através das licitações. Para tanto é preciso que os servidores estejam capacitados para evitar erros no processo, que podem acarretar punições para a gestão. Além da formação básica, o curso abordou as novidades e inovações no campo da licitação pública e pregão.



Foto: Vicente de Souza

Prefeitos e técnicos das prefeituras receberam orientação sobre alternativas para melhorar as receitas dos municípios

Incremento de receita

AMM orientou gestores municipais a adotar medidas para reforçar o caixa das prefeituras

A importância do aumento da arrecadação própria e do incremento de receita para os municípios foram temas abordados em vários eventos realizados pela Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM). Em seminário realizado em setembro de 2018, a instituição reuniu prefeitos, secretários municipais de Finanças, fiscais de tributos, procuradores fiscais e outros técnicos de prefeituras. O ciclo de palestras contou com a participação de representantes da AMM, Confederação Nacional dos Municípios, Tribunal de Contas, prefeituras de Cuiabá e Rondonópolis, entre outros.

Também em 2018, a AMM tratou sobre a recuperação de receitas para os municípios durante reunião realizada em parceria com a CNM. Durante o evento foram apresentadas algumas teses jurídicas e modelos de ações para que as prefeituras pudessem resgatar recursos não transferidos para os cofres municipais. A não realização da contagem populacional pelo IBGE em 2015 e os valores repassados pelo Governo Federal por equipe de saúde da família foram alguns exemplos citados de como os municípios estavam perdendo recursos.

Para orientar gestores sobre Alternativas para Incremento das Receitas Municipais foi realizado, em 2019, seminário em parceria com a CNM. Participaram da capacitação secretários de Finanças, técnicos e fiscais de receitas municipais das prefeituras, reunindo aproximadamente de 250 participantes. A capacitação fez parte do CNM Qualifica, que promoveu seminários sobre diversos temas da gestão pública em várias partes do país.

Em eventos próprios ou realizados em parceria com instituições, a AMM orientou os gestores a adotar medidas para reforçar o caixa das prefeituras, considerando as inúmeras demandas do poder público municipal, como atender compromissos e viabilizar investimentos.



Foto: Vicente de Souza

Agentes municipalistas

Servidores municipais e técnicos da AMM participaram em abril de 2018, na Associação Mato-grossense dos Municípios, do Curso de Formação de Agentes Municipalistas, promovido pela Confederação Nacional dos Municípios – CNM, com o apoio da Associação. O curso teve carga horária de 16h/aula e contou com atividades teóricas e práticas. Os agentes devem ter conhecimento sobre vários temas da pauta municipalista, como saúde, educação, meio ambiente, assistência social, entre outros. Lançada na Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, a Rede Municipalista foi criada para estreitar o diálogo com a administração municipal. A proposta da Rede de Agentes Municipalistas é a criação de um canal integrado de comunicação entre os técnicos municipais para a troca de informação.



Foto: AMM

Desenvolvimento econômico

Foto: AMM



Projetos de desenvolvimento econômico e social para os municípios foram debatidos em junho de 2018 durante reunião na Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM, com a participação de prefeitos e representantes da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco. O objetivo do encontro foi aproximar a Superintendência dos gestores municipais e apresentar os mecanismos que permitem fomentar o desenvolvimento na região. O encontro também contou com a participação de dirigentes do Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES que apresentaram linhas de crédito para os municípios. Equipe de engenheiros da Sudeco fizeram a apresentação do banco de projetos e falaram sobre os documentos básicos para a aprovação, como estudos

técnicos preliminares, registro fotográfico, memorial descritivo, mapa de localização, entre outros.

Sigcon e Siconv

A Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM realizou a oficina de operacionalização do Sistema de Gestão de Convênios de Mato Grosso - SIGCON e Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, em maio de 2018, com a participação de servidores de dezenas de prefeituras. O objetivo foi capacitar profissionais que atuam como técnicos na operacionalização dos sistemas. Os participantes receberam orientações sobre as principais mudanças instituídas pela Portaria Interministerial 424/2016, com relação à liberação de recursos, vistorias, vedações, cadastramento, entre outros assuntos. A oficina foi



Foto: AMM

desenvolvida para oferecer elementos práticos e objetivos aos profissionais envolvidos na gestão de convênios e outros instrumentos congêneres.

Pregão presencial e eletrônico

Servidores municipais, representando todas as regiões de Mato Grosso, participaram do curso de Fundamentos de Licitação e Formação de Pregoeiros, em março de 2018, no auditório da AMM. A capacitação foi dividida em três dias consecutivos com oito horas/aula por dia. O objetivo foi capacitar servidores públicos para atuarem como pregoeiros. O curso tratou sobre fundamentos de licitações públicas, com destaque especial para a modalidade Pregão, em suas formas presencial e eletrônica, abordando seus principais aspectos e alguns de seus pontos mais polêmicos. As aulas foram divididas nos seguintes módulos: aspectos gerais das licitações, modalidades de licitação, procedimentos na licitação, Pregão presencial, Pregão eletrônico e Sistema de Registro de Preços.



Foto: AMM

Utilização do Aplic

Em atendimento a uma demanda da maioria dos municípios, a Associação Mato-grossense dos Municípios promoveu uma reunião, em fevereiro de 2018, entre técnicos das prefeituras, prestadoras de serviço e Tribunal de Contas do Estado, para tratar das dificuldades no envio de dados para o sistema de Auditoria Pública Informatizada de Contas (Aplic). O Aplic é um sistema informatizado para que os jurisdicionados transmitam, via internet, a prestação de contas ao TCE/MT. Foi desenvolvido como um modelo de auditoria pública informatizada de contas para ampliar o trabalho de controle externo, implantado em 2003. Sem o



Foto: AMM

fechamento das contas e envio das informações, a prefeitura fica impedida de retirar certidões negativas, necessárias para a celebração de convênios e recebimento de emendas parlamentares.

Gestão de contratos

Foto: AMM



Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos foi o tema de um curso realizado pela Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM em abril de 2018. A capacitação foi destinada a servidores de prefeituras associadas à AMM, efetivos ou não, que atuavam como gestores e/ou fiscais de contrato. Além de técnicos e secretários municipais, prefeitos também participaram da capacitação, que teve carga horária de 24 horas/aula. O curso abordou os fundamentos de contratos administrativos e a apresentação de conteúdo por meio de estudos de caso, realização de exercícios, aplicação de questionários eletrônicos, entre outros. Os contratos são os meios pelos quais as prefeituras conseguem realizar os serviços públicos.

Aterros sanitários

Representantes de vários municípios participaram em setembro de 2018, na Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM, do curso sobre “Custos e Preços de Aterros Sanitários”. A capacitação foi realizada pela AMM em parceria com a Funasa com o objetivo de orientar as prefeituras para atender as exigências dos órgãos de controle externo, quanto ao tema. Além dos técnicos municipais, participaram representantes da Funasa, Tribunal de Contas, entre outros. A gestão ambiental descentralizada é uma grande dificuldade para os municípios, principalmente devido aos recursos financeiros insuficientes, complexidade de procedimentos e dificuldades técnicas.



Foto: AMM



Demandas prioritárias

Prefeitos se reuniram com o governador e parlamentares para apresentar reivindicações

Os prefeitos mato-grossense se reuniram com o governador Mauro Mendes e com parlamentares estaduais e federais, em abril de 2019, para apresentar demandas municipalistas. Foram dois dias de reuniões, realizadas nos auditórios da AMM e da Faculdade de Tecnologia – Fatec. A pauta incluiu assuntos relacionados a finanças, segurança, saúde, Fethab, meio ambiente, educação, entre outros.

Também foram debatidos temas que preocupavam os gestores municipais na ocasião, como o fechamento de delegacias e de comarcas que envolvem Fórum, Ministério Público e Defensorias em várias localidades; Decreto Estadual que estabelecia a rescisão de todas as cessões de servidores públicos que gerem ônus para o órgão de origem; reajuste do repasse do transporte escolar; Decreto Estadual que estabelecia procedimentos para rescisão de convênios e parcerias para descentralização de recursos da administração estadual, além do veto às emendas impositivas.

O encontro também serviu para debater as demandas, ampliar o diálogo com os parlamentares e garantir o apoio do Legislativo para o encaminhamento das reivindicações

A agenda também incluiu o pedido de ajuda financeira aos municípios para a recuperação de estradas e pontes danificadas pelas chuvas; pactuação com o Governo do Estado sobre a atuação da Secretaria de Meio Ambiente em relação a aterros sanitários; lixões e licenças, além do acesso na Secretaria de Estado de Fazenda à arrecadação de receitas estaduais, como Fethab, Fundeb e ICMS.

As prioridades dos municípios também foram apresentadas aos parlamentares da bancada estadual. O encontro também serviu para debater as demandas, ampliar o diálogo com os parlamentares e garantir o apoio do Legislativo para o encaminhamento das reivindicações. Aos membros da bancada federal foram apresentados projetos prioritários para os municípios, como a redistribuição do Imposto Sobre Serviços (ISS), 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para todo mês de setembro, nova previdência, pacto federativo e reforma tributária.

Seminário sobre Precatórios

Evento foi promovido em parceria com a AMM com o objetivo de auxiliar os gestores e esclarecer dúvidas sobre o tema

Em outubro de 2019 foi realizado o I Seminário de Precatórios do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, promovido em parceria com a Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM). O evento contou com a presença de prefeitos e procuradores que atuam diretamente com os precatórios.

Os gestores puderam esclarecer dúvidas e buscar informações. O principal objetivo foi a aproximação com os entes públicos. Foram debatidas alternativas constitucionais que visam a quitação dos débitos. A AMM conscientizou os prefeitos sobre a necessidade de pagar os precatórios, que é um compromisso do município, independente do gestor que tenha contraído a dívida judicial.



Foto: AMM

Prefeitos e procuradores participaram do seminário realizado no Tribunal de Justiça de Mato Grosso

O então presidente do Tribunal de Justiça, Carlos Alberto Alves da Rocha, ressaltou que o Poder Judiciário é parceiro, colabora com as prefeituras e o estado. Ele enalteceu o trabalho da entidade municipalista pelo empenho junto aos prefeitos para que tenham orientação para resolver os débitos.

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso instituiu o Selo de Regularidade no Pagamento de Precatórios,

entregue aos entes que comprovarem regularidade no pagamento de dívidas judiciais, cuja expedição depende da solicitação do ente público.

De acordo com a legislação, municípios e estados devem fazer constar no orçamento o valor destinado a pagamento das dívidas judiciais. Todos os valores são enviados para uma conta administrada pelo Judiciário para que seja feito o pagamento dos processos.

Famílias Fortes

Evento foi realizado na sede da AMM com a participação da ex-ministra Damares Alves

O programa Famílias Fortes foi lançado em Cuiabá, no auditório da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), em setembro de 2021, com a participação da então ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves. Durante o evento, também foram assinados protocolos com a AMM e a Associação para o Desenvolvimento Social dos Municípios de Mato Grosso (APDM), com objeto de promover ações conjuntas para capacitar os agentes públicos e fornecer apoio para implementar o programa do governo federal nos municípios.

Damares Alves também lançou a Escola de Formação Municipalista,



Foto: Vicente de Souza

Ex-ministra também lançou a Escola de Formação Municipalista para capacitar gestores da assistência social

voltada para a qualificação da gestão da assistência social e outras áreas essenciais dos municípios.

O objetivo do programa Famílias Fortes é promover o bem-estar dos integrantes das famílias e a redução dos riscos relacionados a comportamentos considerados problemáticos. O programa cria uma rede de proteção para o núcleo familiar,

visando reduzir riscos, fortalecer a união e os relacionamentos. Apresenta uma metodologia com encontros semanais voltados para famílias com filhos entre 10 e 14 anos. O programa em cada município se desenvolve no âmbito da saúde, educação e da assistência social, unindo ações por meios das secretarias municipais.

Investimentos na Educação

Ex-ministro da Educação, Milton Ribeiro, reuniu-se com prefeitos para tratar sobre a retomada de obras inacabadas

Uma nova pactuação dos municípios com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para finalização de obras inacabadas, foi tema de uma reunião da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) com o então ministro da Educação, Milton Ribeiro, que esteve em Cuiabá em outubro de 2021 para uma série de eventos. Na ocasião, o ministro anunciou a prorrogação do prazo, até 30 de dezembro daquele ano, para a pactuação com o FNDE, para que os gestores municipais pudessem agilizar os projetos, visando a retomada de obras inacabadas na área educacional.

Na ocasião, o Ministro informou que desde o início do Governo Bolsonaro (2019), o Brasil tinha quatro mil obras referentes a escolas e creches paralisadas, e que em pouco mais de dois anos e meio, 1.500 obras tinham sido concluídas em vários estados. Mato Grosso tinha, então, obras na área da educação que estavam há mais de oito anos paradas.



Ex-ministro também inaugurou escola militar em Cuiabá

Foto: AMM

O ministro informou também que só poderia ser repactuadas as construções com execução física superior a 20%, devidamente comprovada no relatório de vistoria inserido no Simec (Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação), um portal operacional e de gestão do MEC, referente ao orçamento e monitoramento das propostas online do governo federal na área da educação.

No mesmo dia da reunião com o ministro, o presidente FNDE, Marcelo Lopes da Ponte e sua equipe, prestaram atendimento aos municípios, para auxiliar no processo de destravar as obras paralisadas. Mais de 50 prefeitos apresentaram as demandas com as pendências de engenharia, documentação irregular, falta de medição, entre outros. Foram firmados novos termos de compromisso com os municípios com obras que tiveram início, mas que não foram finalizadas até a vigência do instrumento pactuado com o FNDE.

Gestão dos resíduos sólidos

A AMM defendeu a participação dos consórcios para viabilizar a regionalização dos serviços

Para orientar os prefeitos sobre a gestão eficiente e sustentável dos resíduos sólidos com base nas normas estabelecidas pela Lei 14.026, que instituiu o Marco Legal do Saneamento, a Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) promoveu, em julho de 2021, uma ampla reunião com a participação de prefeitos, técnicos de prefeituras e representantes dos governos federal e estadual para debater o tema.

Com o Marco Legal, que determinou o prazo até o ano de 2033 para universalizar o saneamento básico, será possível garantir segurança jurídica e atrair o capital privado para a atividade. O principal objetivo da legislação é possibilitar a universalização dos serviços de saneamento básico.

Os prefeitos mato-grossenses demonstraram grande preocupação com a existência dos lixões e com o fato de que parte da população não dispõe de sistema de esgoto e de água tratada. Diariamente são gerados em Mato Grosso cerca de 2.800 toneladas de resíduos domiciliares, dos quais 80% são destinados aos lixões e 20% a aterros sanitários.

Presente ao evento, o secretário nacional de Saneamento do Ministério do Desenvolvimento Regional,



Evento contou com a participação de representantes dos governos federal e estadual

Foto: AMM

Pedro Maranhão, confirmou que a regionalização vai ser consolidada por meio dos consórcios.

A AMM apontou que a participação dos consórcios é fundamental para viabilizar a regionalização dos serviços de resíduos sólidos, assegurando ganho de escala e agilidade. A proposta é trabalhar os municípios de Mato Grosso em três consórcios para que, no menor tempo possível, seja alcançado o avanço nas várias etapas necessárias para eliminar os lixões nos municípios que integram esses consórcios, por meio de parceria com os governos federal e estadual.



Foto: AMM

Evento reuniu representantes de prefeituras, órgãos e entidades parceiras

Foto: AMM

Workshop da Central de Projetos

Equipes técnicas das prefeituras participaram de uma ampla programação na AMM

A Central de Projetos da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) promoveu dois grandes eventos em 2022. Primeiro, o Workshop interno, em setembro, que reuniu toda a equipe responsável pelo desenvolvimento de inúmeros projetos para todos os municípios filiados à instituição. O evento marcou a trajetória de 11 anos da Central e foi um momento de integração de toda equipe e uma oportunidade para que os colegas pudessem conhecer melhor as especialidades de cada um e trocassem conhecimento.

Cada área fez uma apresentação. A gerência da construção civil com seus arquitetos, engenheiros civis de estrutura, de orçamento, engenharia elétrica, engenharia sanitária e ambiental. Já a gerência da infraestrutura apresentou os segmentos de saneamento, geologia e ambiental, pavimentação urbana, pavimentação de rodovia, drenagem e pontes. Também foram

mostrados os resultados alcançados pela Central, com a quantidade de projetos elaborados e aprovados e aqueles que estavam em elaboração.

O outro grande evento em 2022, realizado em outubro, foi a etapa externa, denominada Workshop Central de Projetos, voltado para os gestores municipais, secretários municipais de obras, administração, engenheiros e técnicos de convênios das prefeituras, além de representantes de órgãos e entidades parceiras, prestadores de serviços e colaboradores.

O Workshop foi realizado em parceria com a Associação de Gestão e Programa (AGAP), com o objetivo de ampliar a orientação técnica às prefeituras. Foram apresentados temas como a metodologia interna de elaboração dos projetos; orientações técnicas; trabalho com os órgãos parceiros; além de temas inerentes à engenharia, meio ambiente e outros.

O Workshop foi realizado com o objetivo de ampliar a orientação técnica às prefeituras

Referência para o municipalismo

Entidades estaduais buscaram experiência da AMM na prestação de serviços técnicos e atuação institucional

A Associação Mato-grossense dos Municípios tornou-se referência para instituições municipalistas nos últimos anos. Equipes de associações de outros estados visitaram

a sede da AMM, conheceram os departamentos e equipes técnicas em busca de experiências e metodologias adotadas para a prestação de serviços.

Assomasul destaca prestação de serviços



Foto: AMM

Equipe da Associação de MS em visita à sede da AMM

A equipe da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul (Assomasul) visitou a sede da AMM em agosto de 2023, com o objetivo de conhecer os serviços oferecidos aos municípios pela instituição. As equipes das duas entidades trocaram experiência e falaram sobre as prioridades para as gestões municipais. Além da integração, as entidades lutam pelo mesmo objetivo, que é garantir os avanços da pauta municipalista nacional.

Na ocasião, foram apresentados os serviços prestados aos municípios de Mato Grosso nas áreas técnica operacional, apoio, capacitação, eventos, comunicação, jurídica, projetos e administrativo, além das parcerias com os poderes e a representatividade política da instituição.

O diretor geral da Assomasul, Rogério Rosalin, destacou a integração entre as equipes das duas entidades municipalistas e frisou que a AMM é uma referência nacional para as entidades, principalmente na região Centro-Oeste. O diretor destacou a prestação de serviços técnicos, principalmente a Central de Projetos.

Elaboração de projetos desperta interesse da AROM

Representantes da Associação Rondoniense de Municípios (AROM) estiveram na sede da AMM em setembro de 2023, para conhecer os serviços técnicos desenvolvidos pela instituição. Os técnicos da Associação Mato-grossense apresentaram os serviços nas áreas de comunicação, capacitação, apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar, assessoria jurídica, entre outros serviços.

O diretor da AROM, César Licório, destacou a importância do trabalho executado pela AMM, que além de atender as prefeituras com serviços técnicos, tem forte atuação institucional para garantir conquistas e atendimentos de demandas juntos aos governos federal, estadual e Congresso Nacional.

O diretor destacou alguns serviços que despontam com referência na AMM, como o acompanhamento da arrecadação e outras demandas na área de finanças das prefeituras, além dos projetos técnicos elaborados para os municípios. A AROM demonstrou interesse em implantar uma estrutura semelhante à da Central de Projetos, criada pela AMM.



Foto: AMM

Representantes de Rondônia foram recebidos pela equipe da AMM

Foto: AMM



Em visita à sede da AMM, Augusto Nardes conheceu equipes de diversos setores

Modelo de governança

Ministro do TCU destaca o alcance institucional e técnico da AMM no atendimento aos municípios

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes, visitou a sede da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), em agosto de 2022, e destacou a importância do trabalho desenvolvido pela AMM, cuja atuação poderá servir de modelo de governança para outros estados. Augusto Nardes esteve em Cuiabá para ministrar uma aula magna inaugural de capacitação sobre Política Públicas e Governança, promovida pelo Tribunal de Contas de Mato Grosso, e aproveitou o momento para conhecer de perto do trabalho da AMM.

O ministro destacou a importância do trabalho desenvolvido pela AMM. “Eu, que proponho a implantação da governança na nação, vejo que Mato Grosso, através da AMM, pode ser um bom exemplo, uma boa modelagem e uma boa prática de governança, com a capacidade para passar essa boa prática para outros estados”, assinalou.

Nardes ressaltou o alcance institucional e técnico da Associação, que presta serviços aos municípios em várias áreas, como a elaboração de projetos para captação de recursos e execução de obras de infraestrutura.

“Fiquei impressionado positivamente com a AMM, porque já conheço outras associações e acho que é a primeira que eu vejo que presta um serviço diretamente para os prefeitos, fazendo projetos e auxiliando os municípios. Temos muitos municípios que não têm estrutura suficiente com arquitetos, engenheiros e



Foto: AMM

Ministro também participou de evento realizado no auditório da instituição

especialistas em todas as áreas para fazer projetos”, destacou, apontando a carência técnica de muitas prefeituras.

Durante a visita na AMM, o ministro conheceu a equipe técnica de vários setores, como a coordenação geral, coordenação de projetos, coordenação jurídica, gerência de comunicação, apoio aos municípios, capacitação, consultoria contábil, entre outros.



Programa Calha Norte

Convênios com o Ministério da Defesa garantem recursos destinados à infraestrutura nos municípios

A Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) sediou dois importantes workshops do Programa Calha Norte, do Ministério da Defesa, nos anos de 2022 e 2023, com o objetivo de promover orientação a prefeitos e técnicos das prefeituras, visando solucionar pendências e eliminar eventuais inconsistências técnicas na operacionalização dos convênios com o Ministério.

O programa Calha Norte está presente em quase 60% do território nacional, atuando em áreas carentes de várias regiões. Entre os anos de 2019 e 2023, foram celebrados 1.777 convênios por meio do programa, totalizando cerca de R\$ 3 bilhões em execução em todo o país. Os recursos destinados à infraestrutura são provenientes de emenda parlamentar.

Até o início de 2023, 77 municípios mato-grossenses tinham formalizado parceria com o programa, totalizando 102 convênios e R\$ 241 milhões em investimentos. Os convênios incluem investimentos em construção de escolas, pavimentação, centro de convivência de idosos, entre outras obras, além de equipamentos, entre os quais viaturas administrativas, ônibus e carros.

Os workshops contaram com a presença do diretor do Departamento do Programa Calha Norte, Ubiratan Poty, e técnicos do programa. Vários temas foram abordados, como a execução financeira, orçamento, análise financeira, processos licitatórios, prestação de contas, governança colaborativa e ferramentas de gestão, óbices na celebração, acompanhamento e prestação de contas de convênios para execução de obras, sistemas de compras governamentais, portal de compras do governo federal, entre outros.

A programação também incluiu atendimentos individualizados sobre dúvidas específicas dos técnicos dos municípios. Paralelamente aos Workshops, representantes do Calha Norte promoveram visitas técnicas a alguns municípios para acompanhamento de obras realizadas por meio dos convênios.

AMM sediou importantes workshops do Programa, em 2022 e 2023



Foto: Vicente de Souza

Reunião contou com a presença de parlamentares, prefeitos e representantes do Governo do Estado

Resultados da implantação do Susaf

Trabalho está sendo viabilizado nos municípios por meio de um convênio assinado entre a AMM e a ALMT

Para apresentar o andamento da implantação do Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar e de Pequeno Porte (Susaf) nos municípios da Baixada Cuiabana, a Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) realizou uma reunião com deputados estaduais, em fevereiro de 2023.

A Assembleia Legislativa é parceira da Associação na iniciativa, que vai possibilitar que pequenos produtores comercializem produtos semielaborados ou industrializados em qualquer município do estado. Prefeitos e representantes do governo do estado também participaram do encontro, realizado na sede da instituição.

O Susaf é o sistema que garante a equivalência dos Serviços de Inspeções Muni-

pais, por município ou por meio de consórcio intermunicipal de desenvolvimento, para a comercialização de produtos de origem animal da agricultura familiar e de pequeno porte em todo o território estadual.

O trabalho está sendo viabilizado por meio de um convênio assinado entre a AMM e a ALMT que possibilitou a criação do Núcleo de Apoio à Implantação do Susaf. A equipe é composta por vários profissionais que estão percorrendo os municípios da Baixada para visitas técnicas com o objetivo de orientar sobre os procedimentos necessários para a implantação do sistema. O grupo é constituído por veterinários, nutricionistas, sanitaristas, engenheiro civil e advogado.

A Assembleia Legislativa é parceira da Associação na iniciativa, que vai possibilitar que pequenos produtores comercializem produtos semielaborados ou industrializados em qualquer município do estado

Nova Lei de Licitações e Contratos

Prefeitos e técnicos de prefeituras participaram, em janeiro de 2023, na sede da Associação Mato-grossense dos Municípios, do curso sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Realizada pelo Instituto Paulo Zulkoski (IPZ), com o apoio da AMM, a capacitação contou com a presença de cerca de 150 participantes, representantes de municípios de diferentes regiões do estado. O curso foi ministrado pelo advogado Mártin Haerberlin, pós-doutor em Economia (UFRGS), doutor em Direito (PUCRS). AMM mobilizou os prefeitos para participaram do curso devido à complexidade da lei, sendo importante o aprimoramento e o conhecimentos das equipes técnicas para implementar a nova norma.



Foto: AMM



Foto: AMM

Investimentos em cultura

Prefeitos de diferentes regiões do estado se reuniram, na Assembleia Legislativa, em março de 2023, com deputados estaduais para debater o Projeto de Lei 662/2022, do Governo do Estado que tramitava no Legislativo, referente aos investimentos estaduais no setor cultural. O pleito da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) era que

a Lei estabelecesse o valor de R\$ 300 mil a serem destinados à estrutura dos eventos e R\$ 300 mil para os shows, sendo que 30% deste valor seriam para shows regionais. A proposta da Associação foi acatada pelos parlamentares e o projeto foi aprovado pela Assembleia Legislativa, em abril, fixando o valor de R\$ 600 mil para os eventos culturais.



Foto: AMM

Ciclo de palestras contou com a participação de gestores e técnicos de municípios de todo o estado

Seminário sobre o ICMS

AMM e Governo do Estado promoveram evento para esclarecer gestores sobre os novos índices do imposto

A Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) promoveu, em parceria com o Governo do Estado, seminário para orientar os gestores e técnicos das prefeituras sobre os novos critérios para a distribuição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O seminário, realizado em março de 2023, contou com a participação de secretários de estados e técnicos das secretarias estaduais de Fazenda, Planejamento, Educação, Meio Ambiente, Saúde e Agricultura Familiar.

As alterações na formação do imposto foram definidas na legislação estadual por meio da Lei nº 746/2022 e Decreto 1.514/2022. A lei estabelece que as mudanças são graduais, iniciando em 2024 com aplicação progressiva até 2027, quando os novos índices estarão consolidados integralmente.

A AMM acompanhou a tramitação da Lei na Assembleia Legislativa, defendendo um amplo diálogo para que os municípios não fossem prejudicados com os novos critérios. A programação incluiu inúmeras palestras, com apresentações sobre a estrutura geral do Índice de Participação dos Municípios (IPM), além da abordagem sobre os índices municipais que serão considerados para a nova sistemática de cálculo, como educação, saúde, esforço de arrecadação, agricultura familiar,



Foto: AMM

O consultor econômico da AMM, Vivaldo Lopes, falou sobre a projeção de arrecadação para os municípios

unidades de conservação e terras indígenas. O consultor econômico da AMM, Vivaldo Lopes, falou sobre o cenário econômico de Mato Grosso e a projeção de arrecadação para os municípios.

O seminário aconteceu de forma híbrida, presencial no auditório da AMM e com transmissão pelos canais do YouTube da Associação e da Secretaria de Estado de Fazenda e contou com mais de 500 participantes, entre gestores, secretários e técnicos das prefeituras municipais.



Foto: AMM

Missão Técnica a Pernambuco

Programação incluiu visitas técnicas às cidades de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama

Prefeitos e representantes de instituições integraram uma missão técnica a Pernambuco, em maio de 2023, com o objetivo de conhecer o grande polo de confecção na região de Caruaru e o aglomerado de iniciativas produtivas relacionadas ao setor de confecções. A missão foi organizada pela Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) com a participação dos Consórcios de Desenvolvimento Econômico das regiões Médio Norte e Vale do Rio Cuiabá.

As visitas técnicas foram às cidades de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama no agreste pernambucano. Os gestores tiveram a oportunidade de visitar feiras com uma variedade de produtos, conhecer os fabricantes e trocar experiências, acessar inovações tecnológicas, além de ter um modelo com fundamentação técnica que possibilite a implantação do polo têxtil em Mato Grosso, especialmente no Vale do Rio Cuiabá.

A missão foi considerada pelos participantes de muita importância, tendo em vista a necessidade de novas frentes de geração de emprego e renda para a população de regiões mato-grossenses onde a economia é exaurida e com baixo IDH e arrecadação. Com a falta de atividade econômica, parte dos municípios apresenta índices econômicos sociais baixos por falta de oportunidade de geração de emprego.

Participantes conheceram importantes polos de confecções no agreste pernambucano



Foto: AMM

Prefeitos se reuniram com o consultor da área de empreendedorismo, Romero Sobreira

Após a visita técnica, os participantes se reuniram para realizar o estudo de viabilidade técnica e econômica e formatar a proposta, que foi entregue ao Governo do Estado, em uma reunião com o vice-governador Otaviano Pivetta, realizada em julho. O estudo prevê a instalação de um projeto de polo têxtil em Mato Grosso, promovendo um modelo de negócios que possibilite o desenvolvimento econômico regional, a geração de emprego, renda e oportunidades.

Participaram a missão os prefeitos de Nossa Senhora do Livramento, São José do Rio Claro, Paranatinga, Chapada dos Guimarães, Nova Olímpia, Porto Estrela, Arenópolis, representantes dos municípios de Barra do Bugres, Lucas do Rio Verde, o presidente da AMM, da União das Câmaras Municipais, da Federação das Indústrias de Mato Grosso, da Federação do Comércio de Mato Grosso e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sedec).



Foto: AMM

AMM mobilizou municípios e orientou sobre medidas a serem adotadas

Paralisação de prefeituras

Manifestação defendeu votação de projetos e protestou contra redução de receitas

Prefeituras de Mato Grosso aderiram a um protesto realizado em várias regiões do país e suspenderam atividades no dia 30 de agosto de 2023. O objetivo foi cobrar a votação de projetos importantes no Congresso Nacional e protestar contra a redução das receitas municipais. Entre as principais reivindicações estavam o aumento de 1,5% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), uma reforma tributária justa e a autonomia financeira dos municípios.

Mais de 70 prefeituras mato-grossenses participaram da manifestação, organizada pela Associação Mato-grossense dos Municípios. As prefeituras acataram a sugestão da AMM para a mobilização, com a suspensão do trabalho administrativo por meio de decreto municipal, mas com a manutenção dos serviços essenciais em várias áreas. O protesto ocorreu em vários estados com o apoio da Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

A iniciativa também teve o objetivo de esclarecer a sociedade sobre as dificuldades que a gestão municipal



Foto: Prefeitura de Ponte Branca

Gestões municipais aderiram à manifestação

enfrenta para atender as demandas diárias da comunidade, com as atribuições e responsabilidades sendo, historicamente, desproporcionais aos recursos repassados.

No segundo semestre de 2023, os municípios foram impactados pela redução no repasse do FPM, que é uma das principais fontes de receita das prefeituras. Em alguns meses, a queda chegou a mais de 35%.

Também integraram a pauta de reivindicações Projetos de Lei (PL) referentes a contribuições sociais, pagamento do piso dos enfermeiros, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).



Parceria entre AMM e Tribunal proporcionou o aprimoramento da administração pública municipal

AMM e TCE fortalecem parceria

Instituições realizaram várias ações conjuntas para capacitar gestores e equipes técnicas

A Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) e o Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT) fortaleceram a relação institucional nos últimos anos, buscando o aprimoramento da administração pública municipal e, consequentemente, a melhoria da qualidade de vida da população com a otimização dos recursos públicos.

Várias atividades foram desenvolvidas em parceria entre as duas instituições, especialmente a capacitação de gestores, secretários e técnicos municipais, por meio da Escola Superior de Contas. Um dos resultados da ação conjunta foi a redução dos pareceres contrários do Tribunal às contas municipais.

O Projeto Interage do TCE, por exemplo, proporciona um diálogo franco e aberto entre quem fiscaliza e quem é fiscalizado, com o objetivo de orientar e reduzir a ocorrência de irregularidades nas prestações de contas.

Como uma ação para auxiliar as prefeituras na definição de metas, garantir a execução dos serviços públicos e introduzir a cultura do planejamento na administração pública municipal, o Tribunal de Contas lançou, em 2022, o Programa de Gerenciamento do Planejamento Estratégico (GPE). O GPE estabelece metas para a criação de políticas públicas voltadas à saúde, educação, infraestrutura, economia e assistência social.

A AMM considerou de extrema necessidade que os prefeitos tenham um planejamento estratégico, considerando que, ao sair do mandato, o gestor deixa diretrizes para o futuro prefeito, que por sua vez, já tem um norte por onde começar a nova administração.

Com o GPE, o Tribunal fez um diagnóstico sobre a situação dos jurisdicionados, atuando junto aos prefeitos e secretários municipais para aplicação das melhores soluções para os cidadãos. Até o final de 2023, o GPE contava com a adesão de 118 municípios mato-grossenses, abrangendo 90,5% da população, beneficiada com estratégias para a melhoria da saúde, educação, infraestrutura, segurança, economia e assistência social.

Já os Mapas Estratégicos do GPE foram entregues a 106 municípios. Os Mapas, que traçam os objetivos para os municípios, estão distribuídos localmente em perspectivas como: sociedade, processos internos, aprendizado, crescimento e finanças.

Outra ação em parceria entre AMM e TCE foram as orientações técnicas e cursos de capacitação, como “A nova Lei de Licitações na Prática”, promovido no segundo semestre de 2022 pela Escola Superior de Contas, na modalidade Ensino a Distância (EaD), destinado à capacitação dos servidores públicos municipais dos Poderes Executivos e Legislativos, que atuam na área de licitações e contratos.

Um dos resultados da ação conjunta foi a redução dos pareceres contrários do Tribunal às contas municipais



Foto: Portal do Planalto

Líderes municipalistas foram recebidos no Palácio do Planalto

Diálogo com o Planalto

AMM participou de mobilizações e marcou presença em Brasília para reivindicar atendimento de pauta municipalista

A Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) marcou presença nas principais mobilizações realizadas para cobrar o avanço da pauta municipalista em Brasília. No período de 2015 a 2023, o presidente da instituição Neurilan Fraga, liderou prefeitos em eventos nacionais e se reuniu com presidentes da República, entre outras autoridades, para apresentar e reivindicar o atendimento de demandas dos municípios.

Em outubro de 2015, Fraga e demais dirigentes de entidades estaduais se reuniram com a então presidente da República, Dilma Rousseff, para apresentar os principais itens da pauta municipalista, entre os quais a proposta de descentralização da cobrança do Imposto sobre Serviços (ISS).

Os líderes municipalistas foram recebidos pelo então presidente Michel Temer, em novembro de 2018, ocasião em que também defenderam o atendimento de pleitos importantes para os municípios. Temer fez anúncios de algumas medidas aos gestores, como o novo edital para o programa Mais Médicos.

Em reunião com prefeitos de Mato Grosso em Brasília, em agosto de 2022, o então presidente Jair Bolsonaro recebeu uma pauta municipalista com as principais demandas dos gestores. O documento foi assinado pelo presidente da AMM e pelo senador Wellington Fagundes, vice-presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Municípios. O encontro contou com a participação de lideranças que buscavam o alinhamento governamental com as demandas dos municípios.



Foto: Agência CNM

Temer participou de reunião com líderes municipalistas e anunciou algumas medidas importantes



Foto: Barreto

Vice-presidente Geraldo Alckmin participou da Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios



Foto: Divulgação

Ex-presidente Jair Bolsonaro recebeu uma pauta municipalista com as principais demandas dos gestores

A reforma tributária foi um dos temas tratados com o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, durante a 24ª Marcha a Brasília, realizada em março de 2023. Na abertura oficial da mobilização, Alckmin defendeu a reforma e elencou premissas para o novo modelo tributário, como simplificação, eficiência econômica e justiça fiscal. O movimento municipalista ampliou o diálogo com o governo federal e o Congresso para buscar um entendimento visando a construção de uma proposta que não traga prejuízo para os municípios.



Foto: Vicente de Souza

Encontros de Prefeitos

Eventos anuais debateram pautas municipalistas e viabilizaram encaminhamento de demandas

A Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) promoveu encontros anuais com os prefeitos mato-grossenses para debater as pautas municipalistas e promover a integração e a troca de experiências entre os gestores. Os encontros oportunizaram o contato direto com governadores, vice-governadores, parlamentares estaduais e federais, ministros, presidentes e representantes da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), especialistas e técnicos em gestão pública, que participaram das edições do evento.

Pautas municipalistas essenciais foram debatidas e explanadas e encaminhadas aos governantes e parlamentares, como a proposta de extinção de municípios com menos de cinco mil habitantes, que causou grande preocupação e foi prontamente refutada. Os encontros também foram palco da criação e implantação de Consórcios e Frentes Parlamentares Municipalistas, entre outras conquistas.

No período de 2015 a 2023, o encontro só não foi realizado em 2020 devido à pandemia da Covid 19. Em 2023, foi realizada uma programação especial em comemoração aos 40 anos da AMM.



Foto: Maurício Barbanti/ALMT

Eventos contaram com ampla participação de gestores de Mato Grosso

2015

Reflexos da crise econômica nas administrações municipais

O momento de grave crise econômica porque passava o país em 2015 refletia intensamente nas gestões municipais e esse foi um dos principais assuntos debatidos em setembro de 2015, no 32º Encontro de Prefeitos Mato-grossenses. Os participantes destacaram que a união entre os entes federados e as parcerias eram essenciais para superar as dificuldades financeiras.

Para auxiliar os municípios a superar o momento, tiveram destaque temas como o repasse do Fundo de Apoio às Exportações-FEX, os restos a pagar, cuja transferência era considerada essencial para finalizar obras em várias cidades, a complementação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), alterações no repasse do Fethab, além de correções nas transferências para custeio do transporte escolar.



Foto: Vicente de Souza

O então governador Pedro Taques defendeu mudanças na divisão do bolo tributário

2016

Encontro teve como tema os desafios do último ano de mandato



Foto: AMM

Os desafios do último ano de mandato dos gestores municipais, como a redução de recursos e o aumento de responsabilidades, foi o principal tema do 33º Encontro de Prefeitos Mato-grossenses promovido em março em 2016. Entre os desafios, estava o de fechar as contas e cumprir as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em destaque também, os reflexos da crise nos municípios e a necessidade de mobilização dos prefeitos para assegurar o repasse de recursos. AMM e os prefeitos aproveitaram a ocasião para pedir à bancada federal que se mobilizasse junto ao governo para assegurar o cumprimento de compromissos assumidos, como o pagamento do FEX ainda do ano de 2015, além do repasse do FEX de 2016 no segundo semestre daquele ano.

Autoridades manifestaram apoio à luta dos municípios

2017

Evento promoveu maior integração entre os representantes dos poderes Executivo e Legislativo



Encontro contou com a participação do então vice-presidente da CNM, Glademir Aroldi

Em 2017, o encontro anual dos prefeitos mato-grossenses recebeu o nome de 1ª Marcha a Cuiabá – Prefeitos e Vereadores em Defesa dos Municípios. Realizado em julho de 2017, o evento foi promovido pela AMM e União das Câmaras Municipais de Mato Grosso (UCMMAT), com o apoio da Assembleia Legislativa. Além de contar com a participação efetiva dos gestores, a Marcha também promoveu uma maior integração entre os representantes dos poderes Executivo e Legislativo municipal.

A programação incluiu ciclos de palestras técnicas para prefeitos e vereadores, que debateram temas variados sobre gestão pública, incluindo finanças, meio ambiente, educação, saúde, agricultura familiar, parcerias, entre outros. Durante a Marcha, foi inaugurada a reforma e ampliação do prédio da AMM. Os ex-presidentes da instituição e personalidades municipalistas foram homenageados, recebendo a medalha e o diploma da Ordem do Mérito Municipalista em reconhecimento aos serviços prestados em prol do fortalecimento da AMM e do municipalismo estadual.

2018

Os desafios e as oportunidades para os municípios foram temas da Marcha

A 2ª Marcha a Cuiabá - Prefeitos em Defesa dos Municípios Mato-grossenses, realizada em março de 2018, foi o momento para a AMM orientar prefeitos e secretários a manter um controle rigoroso das despesas das prefeituras e buscar mecanismos para aumentar as fontes de receita. Para auxiliar os gestores, a instituição investiu em capacitação e orientação para que os municípios não perdessem recursos e oportunidades por falta de informação.

O evento contou com a participação do presidente do BNDES na época, Paulo Rabello de Castro, que falou sobre as linhas de financiamento para os municípios. Já o então vice-presidente da CNM, Glademir Aroldi, ressaltou a importância de reformas fiscal e tributária, que definissem uma distribuição justa de recursos entre os entes federados. A programação do evento também incluiu palestras e oficinas técnicas com temas como desenvolvimento econômico, legislação, saúde, finanças e tecnologia, entre outros. Também ocorreu a entrega da medalha e do diploma da Ordem do Mérito Municipalista e a instituição do Consórcio Intermunicipal de Saúde.



O então presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro, falou sobre as linhas de financiamento para os municípios

2019

Líderes municipalistas questionaram proposta de extinção de municípios

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC 188/2019) que previa a extinção de 1.252 municípios brasileiros com até cinco mil habitantes, sendo 34 somente em Mato Grosso, foi o assunto em destaque durante o Encontro Municipalista 2019 – Prefeitos em Defesa dos Municípios Mato-grossenses, realizado no mês de novembro. A PEC foi apresentada pelo Governo Federal ao Congresso Nacional.

O então presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Glademir Aroldi, presente ao evento, também contestou a PEC, assim como os parlamentares que participaram do Encontro. A necessidade dos congressistas rejeitarem a Emenda Constitucional foi reforçada pela AMM e pelos prefeitos. A PEC acabou não sendo apreciada no Senado Federal e foi arquivada no final de 2022 em decorrência do final da legislatura.

Durante o encontro, também foi instalada a Frente Parlamentar em Defesa dos Municípios Mato-grossenses. O grupo tinha como objetivo atuar na defesa das matérias de interesse dos municípios na Assembleia Legislativa.



Foto: AMM

Parlamentares e demais lideranças participantes do evento contestaram a PEC 188/2019

2021

Primeiro evento presencial após a pandemia reuniu prefeitos eleitos e reeleitos



Foto: Vicente de Souza

O vice-governador Otaviano Pivetta defendeu o repasse de mais recursos para os municípios

Após quase dois anos de paralisações e distanciamento social devido à pandemia da Covid 19, o primeiro evento presencial, com a participação dos gestores que assumiram as prefeituras em 2021, teve como destaque a importância dos municípios no atendimento das demandas locais e a constante mobilização dos gestores em defesa de novas conquistas institucionais. O Encontro Municipalista Mato-grossense 2021 teve o objetivo de integrar os novos prefeitos, apresentar aos gestores os principais temas que repercutem nas administrações municipais e reforçar a parceria com órgãos governamentais e instituições, visando desenvolver um trabalho conjunto em prol dos municípios.

As palestras debateram a pauta municipalista estadual, nacional, as transferências e financiamentos de obras para os municípios, os projetos e financiamento do programa Casa Verde e Amarela do Governo Federal, as transferências e financiamento de programas habitacionais, de crédito e saneamento para os municípios, os desafios do Marco Legal do Saneamento, as emendas parlamentares, entre outros assuntos.



Governador Mauro Mendes prestigiou o evento e recebeu demandas da AMM e dos prefeitos

2022

Alternativas para o reforço financeiro dos municípios

O Encontro Municipalista Matogrossense 2022 foi marcado por debates de projetos em tramitação com o objetivo de viabilizar reforço aos cofres municipais, considerando a limitação financeira das prefeituras. Durante o evento, a AMM apresentou a reivindicação ao Governo do Estado para que 100% dos recursos da contribuição econômica do Fethab Diesel fosse repassado aos cofres municipais.

Outro debate foi sobre a proposta que garantia um adicional de 1,5% do Fundo de Participação dos Municípios e a promulgação da Proposta de Emenda à Constituição que proíbe criação de encargos para os entes municipais sem a devida previsão orçamentária. A temática relacionada às creches, após tese de repercussão geral definida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e as propostas de Reforma Tributária também estiveram na pauta de discussão entre os prefeitos.



Apresentações culturais também integraram a programação do evento



Foto: Vicente de Souza

Presidente Neurilan Fraga agradeceu ex-dirigentes pelo trabalho em defesa do movimento municipalista

AMM comemora 40 anos

Aniversário foi marcado por ampla programação com destaque para homenagens aos pioneiros do municipalismo

A Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) completou 40 anos em 2023. A data foi marcada por uma ampla programação durante todo o mês de maio, em especial a homenagem àqueles que marcaram a história da instituição,



Primeiro presidente da AMM, Anildo Lima Barros falou sobre a criação da instituição e destacou a unidade para o fortalecimento da Associação



Foto: AMM

Autoridades participaram do hasteamento de bandeiras durante programação do aniversário



Ex-prefeito Eduardo Gomes relembrou os desafios que os municípios enfrentavam na época em que a instituição foi criada

com a Outorga do Título da Ordem do Mérito Municipalista, destinada a prefeitos fundadores da AMM, e a Outorga da Medalha da Ordem do Mérito Municipalista, que foi conferida a autoridades e ex-gestores que também exerceram outros mandatos eletivos.

O objetivo foi valorizar e reconhecer a importante contribuição dos ex-

gestores para que a instituição chegasse aos 40 anos como referência no movimento municipalista. As Outorgas foram entregues a 50 homenageados, sendo 23 ex-fundadores, em solenidade realizada na sede da AMM. Os colaboradores da Associação também foram homenageados pela dedicação ao municipalismo.

Fundada em 4 de maio de 1983, a AMM nasceu da necessidade de se criar no estado uma entidade que congregasse os municípios e representasse o poder público municipal junto às demais esferas de governo. Em quatro décadas de existência, a Associação se notabilizou pelo atendimento das demandas das administrações municipais e contribuiu para inúmeras conquistas institucionais.

Considerada uma referência na luta pelo fortalecimento do municipalismo e pela autonomia dos entes municipais, a AMM se tornou conhecida por sua representatividade e pela trajetória de lutas e vitórias.

A instituição atua na defesa dos municípios, liderando e participando de mobilizações para garantir avanços e conquistas financeiras, e também na prestação de serviços técnicos às prefeituras, com publicações no Jornal Oficial, elaboração de projetos, assessoria jurídica, técnica, capacitação, comunicação, serviços de apoio, entre outras atividades.



Durvalino Peruche, ex-prefeito de São José dos Quatro Marcos, foi um dos fundadores da AMM

Reconhecimento aos pioneiros



Ex-prefeito e ex-deputado estadual, Joemil Araújo, foi um dos homenageados com a Medalha da Ordem do Mérito Municipalista

Os prefeitos fundadores da AMM e que integraram a primeira diretoria da instituição foram homenageados nos 40 anos da Associação com a Outorga do Título da Ordem do Mérito Municipalista. A homenagem foi um reconhecimento pelo trabalho e dedicação dos gestores que ajudaram a construir a Associação e o movimento municipalista em Mato Grosso. Ao todo, 23 ex-fundadores foram agraciados.

Durante a cerimônia, o primeiro presidente da Associação e ex-prefeito de Cuiabá, Anildo Lima Barros, destacou que a instituição nasceu da união de 58 prefeitos,

com o ideal de garantir maior autonomia financeira aos municípios, que na época contavam com recursos limitados para investimentos e outras ações. Os ex-prefeitos falecidos também foram homenageados in memoriam e representados por familiares na solenidade de entrega.

Ex-gestores municipais, que também exerceram ou exercem mandatos como deputados estaduais e outros cargos eletivos, e autoridades também receberam homenagens da AMM na comemoração dos 40 anos, com a entrega da Outorga da Medalha da Ordem do Mérito Municipalista. Um reconhecimento pelo trabalho de valorização dos municípios.

Agradecimento aos colaboradores

A AMM reservou um espaço especial na programação dos 40 anos para homenagear os colaboradores. Todos receberam um certificado de agradecimento pela dedicação, empenho e compromisso no atendimento aos municípios de Mato Grosso.

Durante a cerimônia de homenagem, foi destacada a importância da equipe para as conquistas da instituição ao longo dos anos e o empenho dos colaboradores para garantir os melhores resultados ao movimento municipalista. Os agradecimentos foram estendidos a todos os ex-funcionários que deixaram a sua contribuição para fortalecer a AMM e transformá-la em referência nacional.



Marcha completou 25 anos em 2023, reunindo mais de 10 mil participantes

Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios

Lideranças de Mato Grosso marcaram presença nas mobilizações

Espaço de diálogo entre as esferas municipal e nacional, a Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios reúne as principais autoridades do país para debater questões federativas, programas de governo, distribuição de receitas, entre outros temas. Muitas das principais conquistas do movimento municipalista resultaram de debates encabeçados na mobilização, que anualmente conta com a participação de prefeitos de Mato Grosso.

Vencer uma luta exige união de esforços e, nesse sentido, os gestores municipais têm dado exemplo no Brasil. As Marchas dos Prefeitos a Brasília conferem legitimidade às demandas da população brasileira, que reivindicam mais efetividade e eficiência nas políticas públicas.

Em Mato Grosso, foram muitas lutas vencidas e em todas elas a Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) esteve à frente, apoiando a realização das Marchas, participando de audiências em ministérios e no Congresso Nacional, sempre junto aos prefeitos.

Realizada desde 1998, a Marcha é considerada o maior evento político da América Latina em número de autoridades e alcançou um público recorde em 2023, com mais de 10 mil inscritos. Presidentes da República, do Senado e da Câmara dos Deputados, além de ministros, estão sempre entre os convidados.

Além da agenda política, a programação da Marcha inclui seminários e atendimentos técnicos com a equipe profissional e uma Feira de Exposições.

Marcha a Brasília 2015

XVIII Marcha dos Prefeitos levou a Brasília administradores de milhares de cidades brasileiras, preocupados em tirar as prefeituras do sufoco financeiro. Entre as prioridades, estava a revisão do pacto federativo, abordado pelo presidente do Congresso, senador Renan Calheiros. O objetivo dos gestores era reequilibrar a divisão de tarefas e recursos entre União, estados e municípios. Na agenda, reuniões com ministros e parlamentares. Afinal, há anos os municípios recebem mais encargos sem a devida compensação financeira para arcar com essas responsabilidades.



Fotos: Vicente de Souza

Marcha a Brasília 2016



Fotos: Vicente de Souza



Prefeitos de todo o Brasil se reuniram na XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, que contou com a presença da então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Carmem Lúcia. Os municípios já enfrentavam crise com a redução nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios desde 2015, enquanto os prefeitos enfrentavam os desafios do fim de mandato.

Marcha a Brasília 2017

A XX Marcha dos Prefeitos foi marcada pela inauguração da sede própria da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e a fundação do Movimento Mulheres Municipalistas (MMM). O tema foi “Brasília em Defesa dos Municípios - o Brasil em Reformas” e contou com a participação do presidente do Senado, Eunício Oliveira, e da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. Mais uma vez, a marcha se confirmou como o maior movimento municipalista da América do Sul.



Fotos: Vicente de Souza

Marcha a Brasília 2018



O Brasil vivia um clima de eleições e os candidatos à presidente foram ouvidos com relação às pautas municipalistas. O evento marcou os 20 anos da Marcha dos Prefeitos (XXI), que se consolidou como o maior fórum de discussão política do país e um poderoso instrumento para os gestores municipais. Os então presidentes Marina Silva, Álvaro Dias, Jair Bolsonaro e Ciro Gomes compareceram ao evento.

Marcha a Brasília 2019

A XXII Marcha reuniu mais de nove mil gestores e foi a oportunidade de avançar em 22 demandas municipais. Entre elas, os recursos da cessão onerosa e o apoio do presidente da República para a aprovação do 1% do FPM de setembro, assim como a regulamentação da Lei Kandir. O evento contou com a presença do presidente da República, Jair Bolsonaro.



Marcha a Brasília 2020 - 2021

Em decorrência da pandemia da Covid-19, não houve edição da Marcha em 2020 e 2021. No entanto, a atuação do movimento municipalista se manteve forte, possibilitando, entre outras conquistas, a promulgação do adicional de 1% de setembro no FPM.

Marcha a Brasília 2022

Mais uma vez, os candidatos a presidente da República foram convidados a ouvir as propostas dos prefeitos. O tema da XXIII edição, realizada no período de 25 a 28 de abril, foi “Município: o caminho para um Brasil melhor” e contou com a participação do presidente da República, Jair Bolsonaro.



Foto: Vicente de Souza



Foto: Vicente de Souza



Foto: Vicente de Souza



Foto: Vicente de Souza

Marcha a Brasília 2023



Foto: Vicente de Souza

A Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios completou 25 anos e foi tema de exposição na Câmara dos Deputados, resgatando momentos importantes do Movimento Municipalista de todo Brasil para melhor atender a população. Na pauta, a reforma tributária e o aumento de 1,5% do FPM para o mês de março. A marcha foi realizada de 27 a 30 de março, foi recorde em participação e contou com a presença do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin.



Foto: Vicente de Souza



Conselho Político é pautado pelas demandas municipalistas

Formado por representantes dos municípios, o órgão se reúne periodicamente para definir as ações do movimento

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) tem um Conselho Político formado por presidentes das associações estaduais representativas dos municípios, que se reúne periodicamente para definir as pautas de interesse dos prefeitos de todo o Brasil.

O Conselho direciona as ações, lutas e reivindicações do movimento municipalista, além dos presidentes das associações estaduais levarem para os encontros as demandas de cada região.

O presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), Neurilan Fraga, integrou o Conselho Político da CNM. A convite da AMM, muitos prefeitos de Mato Grosso também participaram das reuniões do Conselho, apresentando diretamente à CNM suas reivindicações.

Entre os assuntos tratados no Conselho estão reuniões com o governo federal e o Congresso Nacional, atuação junto aos Ministérios, mobilizações e a realização das Marchas a Brasília em Defesa dos Municípios, que em 2023 chegou a edição XXIV e foi promovida em março.

Ainda em 2023, diante das graves dificuldades financeiras enfrentadas pelos municípios, o Conselho definiu por duas grandes mobilizações de prefeitos em Brasília. Nos dias 15 e 16 de agosto, a Mobilização Municipalista reuniu mais de 1.500 prefeitos em prol dos interesses dos municípios na aprovação da



Presidente da AMM integrou o Conselho Político da CNM

Reforma Tributária, além de tratar da queda de arrecadação municipal.

Já em outubro, nos dias 3 e 4, mais de três mil gestores municipais estiveram na Mobilização, na capital federal, para defender pautas, como a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que previa o repasse adicional de 1,5% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e que foi, finalmente, aprovada no final do ano. Também foram tratados com deputados, senadores e o governo federal demandas da Previdência, Saúde e Educação.



AMM

**Presente no
desenvolvimento
dos municípios**

Serviços Técnicos

Economia para os municípios

Os serviços técnicos prestados pela AMM garantiram uma economia de R\$ 653.302.536,55 aos municípios, no período de 2015 a 2023. A instituição atende as prefeituras

em várias demandas, como elaboração de projetos, assessoria jurídica, técnica, contábil e de comunicação, capacitação, publicações no Jornal Oficial, entre outros serviços.



A Coordenação acompanha as pautas municipalistas e encaminha demandas de gestores e equipes

Coordenação Geral

Atuação integrada e assessoria especializada

A Coordenação Geral atua de forma integrada à Presidência da AMM e tem como competência implementar e coordenar as atividades dos seguintes setores: Técnica Operacional, Consultoria Contábil, Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios e Capacitação e Eventos. Entre as principais atribuições estão as seguintes: acompanhar as pautas municipalistas nos âmbitos nacional e estadual; monitorar a movimentação nos cenários político e administrativo com repercussão na gestão municipal; manter comunicação constante com os prefeitos e equipes para repassar informa-

ções e verificar demandas; acompanhar as solicitações das prefeituras e monitorar o atendimento pelas equipes técnicas da Associação; coordenar o diálogo da Associação com os Poderes Constituídos, órgãos e instituições nas esferas estadual e nacional; representar a AMM em diversos conselhos e colegiados; acompanhar a execução dos serviços e as diretrizes da instituição; avaliar e disponibilizar informações das atividades finalísticas à presidência, além de elaborar, em conjunto com as demais coordenações, o planejamento estratégico e demais procedimentos gerenciais da Associação.

Gerência de Controle de Arrecadação de Municípios

O setor tem como objetivo o acompanhamento das receitas e repasses de recursos federais e estaduais aos municípios. Entre as principais atividades desenvolvidas estão as seguintes: realizar pesquisas diariamente no Fiplan para o acompanhamento diário das receitas do ICMS, IPVA e Fethab; monitorar junto à Secretaria do Tesouro Nacional as arrecadações mensais do FPM; acompanhar o processamento de crédito e débito das receitas dos municípios; elaborar cálculos do valor de repasse do ICMS Ecológico para os municípios; acompanhar a adesão dos municípios à municipalização do ITR, bem como os créditos associados à receita; integrar comissão para elaboração dos Índices de Participação dos

Municípios no Fethab; criação de dashboards no Power BI, medida que oferece uma representação visual e interativa de informações; monitorar as publicações referentes ao julgamento das contas anuais de Governo dos municípios e demais processos no diário oficial de contas do TCE/MT; elaborar e encaminhar relatórios contendo os resultados dos julgamentos realizados nas sessões plenárias do TCE; monitorar diariamente as publicações dos assuntos relacionados aos municípios no diário oficial (IOMAT); alimentar o site da AMM com conteúdo técnico, além de elaborar planilhas contendo comparativos e previsões mensal das receitas.

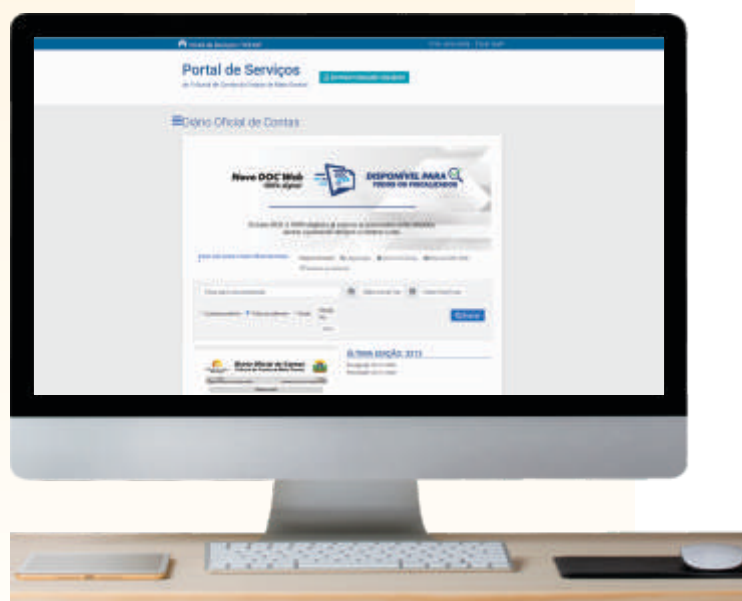
Sistema Fiplan



O acompanhamento em tempo real da arrecadação de receitas estaduais, como ICMS, IPVA e FETHAB, representou um importante avanço para os municípios nos últimos anos. Resultado de um pleito da AMM junto ao Governo de Mato Grosso, o acesso aos dados teve início em 2019, por meio do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças (Fiplan). O monitoramento dos dados é realizado pela Gerência de Controle de Arrecadação por meio de uma senha disponibilizada pela Secretaria de Estado de Fazenda – Sefaz/MT.

Relatórios e publicações

O encaminhamento de relatórios aos prefeitos sobre os resultados dos julgamentos realizados nas sessões plenárias do TCE também foi uma inovação na prestação de serviços aos municípios. A Gerência de Controle de Arrecadação também monitora as publicações referentes ao julgamento das contas anuais de Governo dos municípios e demais processos no diário oficial de contas do TCE/MT. Nos últimos anos o setor também participou de várias reuniões virtuais para orientar os gestores e equipes sobre temas técnicos, além de informar sobre as previsões de receita do ICMS e FPM e monitorar diariamente as publicações dos assuntos correlatos aos municípios no Diário Oficial do Estado.



Consultoria Contábil

Esta área proporciona assessoria nas áreas de contabilidade e das contas públicas dos municípios, fornecendo informações técnicas e auxiliando em questões junto à Receita Federal, TCE/MT, TCU e demais órgãos de controles. As principais atividades desenvolvidas pelo setor são as seguintes: elaboração de pareceres, de informativos, de artigos e de comunicados técnicos sobre Contabilidade Aplicada ao Setor Público e diversos temas relacionados à gestão pública, além de temas relevantes para os gestores no Tribunal de Contas do Estado – TCE; acompanhamento

de tramitação de processos, incluindo a elaboração de Petição de Defesa, de Recursos e Manifestação Oral em Processo de Prestação de Contas no TCE/MT; representação junto a conselhos; atendimento aos prefeitos e equipes sobre assuntos técnicos; acompanhamento e orientação a prefeitos, contadores, procuradores e respectivas equipes técnicas em reuniões no TCE/MT e no MPC/TCE/MT; reunião técnica presencial e/ou virtual com prefeitos e equipes sobre assuntos específicos, além de participação em lives sobre assuntos técnicos.

Comunicados técnicos

Pareceres, informativos, artigos e comunicados sobre Contabilidade Aplicada ao Setor Público, além de diversos assuntos relacionados à administração pública e temas relevantes no TCE/MT, foram amplamente difundidos nos últimos anos. O envio dos documentos informativos aos prefeitos e equipes teve início em 2020, totalizando 357 até o final de 2023.



Assessoria no TCE



A equipe da Consultoria Contábil também participou de reuniões técnicas presenciais e virtuais com prefeitos e secretários para debater assuntos específicos que necessitam de ajustes para evitar processos de responsabilização junto ao TCE/MT e outros órgãos de controle. O setor fez, ainda, o acompanhamento em defesa junto ao TCE, elaboração de alegações finais, memoriais e sustentação oral em plenário no Tribunal.

Foto: Agência CNM

Gerência de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios

O setor tem o objetivo de acompanhar e monitorar a regularidade fiscal das prefeituras e consórcios intermunicipais junto a órgãos estaduais e federais. A equipe monitora diariamente as pendências administrativas e financeiras dos municípios junto aos órgãos e acompanha os sistemas de convênios Sigcon, Transferegov e Siga-Funasa. As demais atividades desenvolvidas são seguintes: capacitação sobre o Sigadoc e sistemas de convênios; consultoria às equipes dos municípios nos sistemas Sigcon, Transferegov e Siga-Funasa, desde o cadastramento das

propostas, execução do objeto e prestação de contas; monitoramento no SIAFI – Bloqueio FPM; atualização de dados dos consórcios de saúde e intermunicipais; protocolos (Estadual e Federal); monitoramento dos sistemas que emitem certidões dos municípios filiados nas esferas estaduais e federais; acompanhamento de multas na Procuradoria Geral do Estado- PGE; monitoramento das remessas de APLIC das prefeituras filiadas (TCE-MT), além de elaboração de relatório da situação dos municípios filiados no CAUC.

Gestão de Documentos Digitais

Foto: Divulgação



Parceria com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag possibilitou o cadastro da AMM no Sistema Estadual de Produção e Gestão de Documentos Digitais – SIGADOC. A medida possibilitou protocolos de documentos e acompanhamento de todos os processos das prefeituras. Em 2022 o governo de Mato Grosso realizou, com o apoio da Associação, uma capacitação para servidores sobre o sistema. Após o curso, a Gerência de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios orientou técnicos das prefeituras individualmente sobre o sistema estadual.

Serviços ampliados

Representante da Gerência de Apoio integra a Rede de Parcerias que tem a finalidade de desenvolver ações voltadas à melhoria da gestão das parcerias formalizadas pela União. A equipe da Gerência de Apoio também realiza o monitoramento diário no site da Procuradoria Geral do Estado (PGE) para verificar os processos de multa oriundos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) inscritos no sistema. Além disso, o setor informa gestores e equipes sobre as pendências dos municípios convenientes no Sistema de Gestão de Convênios de Mato Grosso – SIGCon para que possam regularizar a situação e estar aptos a receber recursos.

Mais economia

Os municípios foram atendidos, ainda, com a isenção da taxa para retirada da certidão da PGE/SEFAZ e com a possibilidade de encaminhar ao órgão responsável toda a documentação técnica de forma on-line. A AMM garantiu a suspensão da cobrança gerando economia financeira e de material às prefeituras, que desde 2018 têm acesso à certidão de forma on-line.



A redução da contrapartida das prefeituras na execução de convênios com o Governo de Mato Grosso também atendeu uma importante demanda dos municípios, principalmente dos que possuem maior limitação de recursos.

Setor de Capacitação e Eventos

O setor é responsável pela organização dos eventos da AMM e pelas atividades de capacitação ofertadas pela instituição e realizadas em parceria com outras entidades. Também é atribuição da equipe a articulação interna com os setores da Associação, bem como com os colegiados de secretários municipais. As demais atividades desenvolvidas são as seguintes: atendimento com serviços de cerimonial em eventos e reuniões; articulação com a CNM e Instituto Paulo Ziulkoski para oferta de capacitações; identificação e avaliação de profissionais que atendam requisitos técnicos para ministrar atividades de formação; emissão e controle de certificados das atividades realizadas pela AMM ou em parcerias;

formatação e manutenção de banco de dados dos gestores, bem como das autoridades constituídas no Estado; elaboração de convites para eventos internos e externos, projetos de capacitação e projetos de eventos; serviços de “call center” da AMM para receber demandas e disseminar informações, formalizar convites e coletar dados; planejamento, organização, mobilização e realização junto aos demais setores das atividades remotas por videoconferência através da plataforma digital; assessoramento nas ações sociais da AMM através da FAVO – Força do Amor Voluntário, além de apoio nos movimentos, programas e projetos sociais da APDM e UNICEF;

Formação de servidores

Equipes das prefeituras participaram de cursos promovidos pela AMM, que também formalizou parcerias com instituições estaduais e nacionais para a formação dos técnicos municipais. No período de 2015 a 2023, foram realizadas 129 atividades que resultaram na capacitação de 38.220 servidores. Entre os principais parceiros da AMM nesse trabalho estão a Confederação Nacional de Municípios (CNM), Instituto Paulo Ziulkoski (IPZ), Escola Superior de Contas / TCE-MT, Escola de Governo para Formação EAD, Escola do Legislativo, Escola de Formação Municipalista, Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) e Academy Brasil. Outros avanços verificados nessa área são o trabalho conjunto com os Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento / Saúde e Colegiados de Gestores Municipais que integram a Undime, APDM, Coegemas e Consprev, parceria com o



Foto: AMM

Instituto Euvaldo Lodi IEL/FIEMT para formatar a Academia de Gestores Públicos, entre outros.

Eventos on-line

Muitos eventos de capacitação foram realizados de forma on-line, o que possibilitou maior participação dos gestores e servidores municipais. O setor de Capacitação e Eventos coordenou os cursos, lives técnicas e demais reuniões remotas com prefeitos e servidores. Boa parte dos eventos foram realizados por meio da plataforma Zoom, possibilitando maior interação e compartilhamento de informações.

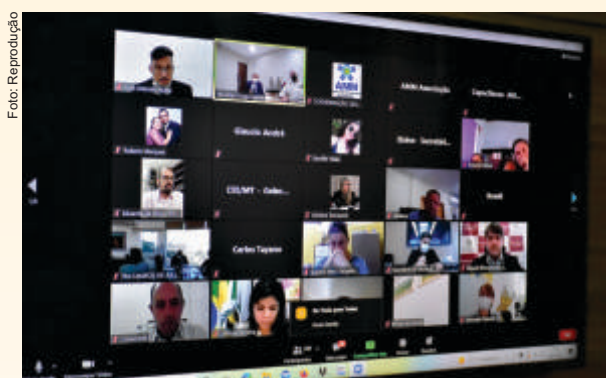


Foto: Reprodução

Assessoria Especial da Presidência



O setor é responsável pela recepção dos prefeitos, agendamentos de reuniões internas e externas dos gestores com as autoridades, encaminhamento de documentos, orientações, notas técnicas e demais comunicados aos municípios, elaboração de declaração de presença, recebimento e controle de e-mails direcionados à presidência e outros setores, despacho dos protocolos recebidos e ligações para os prefeitos.



Foto: Licenciada Adobe Stock

Coordenação Jurídica

Equipe jurídica atuou para resguardar direitos dos municípios

A equipe jurídica tem como finalidade o assessoramento aos municípios filiados, buscando atuar de forma efetiva junto aos Poderes Legislativo e Judiciário. O setor emite pareceres, elabora minutas de leis e decretos, cartilhas, atas, contratos, distrato, ofícios circulares sobre temas relevantes aos municípios, propositura de ações, defesas judiciais e administrati-

vas, interposição de recursos, petição ou requerimento avulso a autoridades, realiza audiências, sustentação oral, revisão e correção de documentos, intervenção para a solução de pendências nos órgãos federais e estaduais, diligências, carga de processos, digitalização e envio de cópias de processos, representa a AMM em conselhos e comissões, entre outras atribuições.



Foto: Seduc MT

AMM garantiu recursos do Fundef aos municípios mediante ações judiciais

Recuperação de receitas

No período de 2015 a 2023, a equipe assumiu novas atribuições com o objetivo de contribuir ainda mais para a eficiência da gestão pública municipal. Além do trabalho técnico de caráter orientativo e preventivo, o setor passou a atuar na recuperação de receitas municipais. Garantiu recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) aos municípios mediante ações judiciais. Travou batalhas judiciais para garantia de repasse de recursos financeiros aos municípios decorrentes da repatriação de recursos. Propôs

medidas judiciais em favor de municípios que estavam com certidão positiva por falta de prestação de contas de recursos de convênio, possibilitando que tais municípios pudessem voltar a receber recursos financeiros e assinar convênios.

Entre outras atividades de destaque estão as ações anulatórias de infrações ambientais, ressarcimento e tomada de contas necessárias para tirar os municípios da inadimplência, intervenção em processos como amicus curiae, elaboração de recursos das ações para a repatriação de recursos, IBGE, entre outros.

Comissão do IPMF

A Coordenação Jurídica presidiu a Comissão Especial do Índice de Participação dos Municípios no Fethab (IPMF) que também contou com a participação de representante da Coordenação Geral da AMM. A equipe de advogados elaborou cartilha com informações acerca da aplicação dos recursos do Fundo, bem como análise dos mapas das estradas municipais e estaduais não pavimentadas. Para sistematizar as informações e facilitar o cumprimento dos prazos pelos municípios, a Comissão também elaborou um calendário que fixa datas para cada etapa da elaboração do IPMF.



Equipe elaborou cartilha com informações acerca da aplicação dos recursos do Fethab

Coordenação de Projetos

Mais infraestrutura e desenvolvimento para os municípios

A Coordenação elabora projetos de engenharia e arquitetura que visam a captação de recursos para a execução de obras nos municípios. O trabalho é desenvolvido por cerca de 50 profissionais, entre arquitetos, engenheiros civis, eletricitas, sanitaristas, ambientais, agrônomo, topógrafo e geólogos que atendem as solicitações dos gestores municipais. São elaborados projetos nas áreas de Saúde, Educação, Social, Infraestrutura Urbana, Saneamento, Iluminação, Meio Ambiente, Esporte, Lazer, Turismo, Agroindústria, entre outros.

Entre as atribuições da equipe estão as seguintes: elaboração de projetos de diversas áreas, levantamento topográfico, estudo geofísico, autorização de perfuração

de poços e outorga; atendimento a prefeitos, secretários e vereadores para receber demandas dos municípios; visita in loco para verificação e avaliação técnica das áreas onde serão executadas as obras; protocolo e acompanhamento de projetos em órgãos estaduais e federais para aprovação; elaboração de planilha orçamentária das obras; reuniões com engenheiros e equipes técnicas das prefeituras para levantamento de informações; realização de eventos para orientação e esclarecimento de dúvidas sobre o trabalho desenvolvido pela equipe; alinhamento de informações com representantes de órgãos estaduais e federais sobre os critérios para aprovação dos projetos, entre outras atividades.

Maior produtividade

Serviços aprimorados

Foto: Licenciada Freepik



Nos últimos anos foram implementados vários avanços pela AMM, como a criação de projetos modelo de diversas especialidades, com o objetivo de otimizar recursos e agilizar a disponibilização aos municípios; a criação do cargo de relações comerciais junto aos órgãos que visa uma maior agilidade na apresentação, análise, aprovação dos projetos e formalização dos convênios; maior aproximação dos profissionais que elaboram os projetos com os técnicos que analisam e aprovam; reestruturação dos projetos, atendendo as novas normas técnicas vigentes; contratação de geólogos que atuam junto aos municípios na outorga de poços artesianos, licenciamento ambiental de jazidas e estudo geofísico para perfuração de poços; capacitação dos profissionais através de cursos e

De 2015 a 2023, o trabalho assegurou investimentos na execução de obras em municípios de todas as regiões de Mato Grosso, garantindo mais infraestrutura e desenvolvimento para as comunidades locais. Nesse período, a equipe elaborou 6.084 projetos e serviços, atendendo as prefeituras em diversas demandas importantes. As obras podem ser viabilizadas através de recursos próprios, celebração de convênios com órgãos federais, estaduais, além de financiamento junto a bancos.

participação em simpósios; disponibilização de checklist no site da AMM da documentação necessária para a elaboração de projetos; realização de Workshop com a participação de profissionais das prefeituras; contratação de topógrafos para elaboração de levantamentos técnicos e aerofotogrametria; implantação de vários softwares para elaborar projetos conforme a metodologia Bim, além da implementação do sistema Sigadoc para acompanhamento e protocolo dos projetos gerando mais celeridade nos processos.



Foto: Divulgação

Educação

A comunidade de Campo Novo do Parecis passou a contar com uma ampla unidade escolar, que contribuiu para aumentar a oferta de vagas na rede de ensino. De acordo com o projeto, elaborado pela equipe da AMM, a área construída da escola municipal é de 3,7 mil m², com 16 salas de aula, quatro salas pedagógicas, refeitório, playground e laboratórios.

Escola em Campo Novo do Parecis

Pavimentação

Com 11,83 quilômetros de extensão, a pavimentação da rodovia que dá acesso à cachoeira do Prata, em Juscimeira, representa um importante incentivo para o desenvolvimento local. Elaborado pela AMM, o projeto foi executado com recursos estaduais, viabilizando o fomento do turismo no município.

Foto: Divulgação



Pavimentação em Juscimeira



Foto: Divulgação

Sede própria

Inaugurada em 2019, a nova sede da prefeitura de Gaúcha do Norte é considerada uma obra inovadora e funcional, priorizando a eficiência dos espaços. Construído a partir de projeto elaborado pela AMM e com recursos próprios do município, o prédio ocupa uma área de 1,6 mil m².

Prefeitura de Gaúcha do Norte



Foto: Licenciada Adobe Stock

Coordenação é responsável pelo balanço anual, orçamentário, financeiro e patrimonial da instituição

Coordenação Administrativa e Financeira

Medidas de controle viabilizaram investimentos

A Coordenação Administrativa e Financeira acompanha as atividades desenvolvidas pelos setores de Contabilidade, Administrativo, Recursos Humanos, Licitação, Compras, Frota, Manutenção, Patrimônio, Almoxarifado, Informática, Núcleo Susaf e Ouvidoria. Orienta as demais coordenações sobre as diretrizes do regimento interno. Assina com o presidente os pagamentos, ordem bancária, títulos de crédito, além de coordenar a receita, pagamentos a fornecedores, folha funcional e encargos. Coordena o balanço anual, orçamentário, financeiro e patrimonial.

O setor trabalhou em sintonia com a presidência e buscou consolidar uma gestão eficiente da AMM, prezando pela saúde financeira da instituição, com a adoção de várias medidas de controle. A equipe supervisionou os investimentos em Tecnologia da Informação, aquisição de equipamentos, atualização da central telefônica, segurança de dados, rede interna, atualização do link de internet, renovação da frota de veículos, entre outras medidas para garantir maior eficiência nos serviços realizados na instituição.



Foto: Vicente de Souza

Frota de veículos foi renovada para atender os municípios

Ouvidoria

Com o objetivo de fortalecer a transparência e a eficiência no atendimento aos municípios, a AMM criou em 2023 a ouvidoria e fortaleceu os canais de comunicação com a sociedade, esclarecendo dúvidas e orientando sobre vários assuntos. Durante o ano, 29 municípios foram atendidos em várias demandas, dos quais sete de outros estados brasileiros. A ouvidoria recebe e encaminha as manifestações aos setores responsáveis na instituição, além de acompanhar as providências adotadas para concluir o atendimento aos cidadãos. Entre as manifestações que podem ser apresentadas ao setor estão dúvidas, elogios, reclamações, solicitações, sugestões ou denúncias. O contato pode ser feito de forma on-line, por meio do site www.amm.org.br ou pelo telefone (65) 2123-1200, ramal 1255.



Controle Interno



O Controle Interno mantém os sistemas de controle e normativas atendendo as exigências do Tribunal de Contas do Estado. O setor realiza auditorias internas, recomenda medidas para adequações necessárias e acompanha as visitas técnicas do Tribunal de Contas. Também atualiza as publicações do regimento interno, normativas, organograma e fluxograma da instituição. O setor atua, ainda, na organização da estrutura administrativa da AMM.

Núcleo Susaf

O Núcleo de Implantação do Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar e de Pequeno Porte – Susaf foi criado em 2022, por meio de uma parceria entre a AMM e a Assembleia Legislativa de Mato Grosso. O objetivo é fortalecer a agricultura familiar por meio da orientação aos municípios sobre os procedimentos necessários para a adesão ao Susaf e a regularização das atividades desenvolvidas nos empreendimentos. O projeto teve início com o atendimento a municípios do Vale do Rio Cuiabá, mas os profissionais também orientam pequenos agricultores de outras localidades, quando solicitado. O Núcleo é formado por equipe multidisciplinar que atua “in loco” em visitação aos municípios, além de atendimento permanente na sede da Associação.



Coordenação de Comunicação

Atividades garantiram maior visibilidade às ações da AMM e dos municípios

A Coordenação gerencia o Plano de Comunicação da AMM e tem como principal objetivo garantir visibilidade às ações da instituição e dos municípios. Entre as atividades desenvolvidas estão as seguintes: registrar todos os eventos internos e externos realizados pela AMM ou por meio de parcerias; manter atualizado o site com matérias, imagens e outros conteúdos de interesse dos municípios; Atualizar as mídias sociais com vídeos, álbum de fotos, links, cards, mensagens e outros conteúdos; monitorar as principais publicações e compartilhamento de links das postagens em diferentes grupos; elaborar o clipping institucional de notícias diárias para os grupos de

gestores e imprensa; realizar a cobertura jornalística e produzir vídeos e fotos dos eventos internos e externos; distribuir pautas e releases para os meios de comunicação de todas as regiões do estado, além de realizar o atendimento diário à imprensa; organizar as entrevistas coletivas ou individuais com o presidente e os prefeitos; elaborar artes sobre os aniversários de municípios e gestores sobre temas relevantes e datas comemorativas; divulgar as ações dos municípios com a participação das assessorias de imprensa das prefeituras, além de elaborar produtos editoriais e publicitários, como revistas, boletins informativos, entre outros.

Redes sociais ampliaram divulgação

Além dos canais de comunicação tradicionais, a AMM utilizou as redes sociais para ampliar a divulgação das suas principais ações e dos municípios. Por meio do Instagram e do Facebook repercutiu notícias, divulgou eventos, vídeos sobre a instituição e as prefeituras, mensagens dos gestores, entre outras ações. Os meios digitais contribuíram para disseminar as ações da instituição a toda a sociedade que



Fotos: Reprodução

passou a conhecer mais sobre a pauta municipalista e os desafios das administrações municipais.

Site reformulado

A reformulação do site, em 2015, e o lançamento do novo layout, em 2022, tornaram a ferramenta mais funcional e ampliaram os acessos dos usuários. Com crescente número de visitantes, a página é disponibilizada em variadas plataformas digitais, inclusive smartphones e tablets. Com o endereço eletrônico, a instituição amplia a difusão de ações, dispõe de espaço para banners, vídeos, redes sociais, calendário de eventos, cursos, galeria de imagens, links para os sites das prefeituras, notícias, Jornal Oficial dos Municípios, entre outras informações. No Portal Transparência, a Associação disponibiliza informações sobre contabilidade, contratos, convênios, gestão de pessoas, legislação, licitação, planejamento, entre outros serviços.

O site da AMM passou por importantes mudanças a fim de torná-lo mais completo, eficiente e acessível



Campanhas institucionais

O lançamento de campanhas institucionais foi um dos principais instrumentos utilizados pela AMM para disseminar as bandeiras municipalistas estaduais e nacionais. As peças publicitárias informaram sobre vários temas que repercutem na esfera municipal, como pacto federativo, subfinanciamento de programas federais, Fundo Estadual de Transporte e Habitação - Fethab, Lei Kandir, a força dos municípios, entre outros.



Comunicação ampliada

Fotos: AMM



A AMM conta com variados canais de comunicação para ampliar a divulgação da instituição e dos municípios. Entre as ferramentas utilizadas estão os monitores de televisão instalados nas dependências da Associação para divulgar conteúdos aos visitantes. Já na área externa há um telão de Led que apresenta vídeos compactados sobre o potencial turístico e econômico dos municípios. Também são veiculadas campanhas publicitárias sobre temas relacionados às demandas das prefeituras.

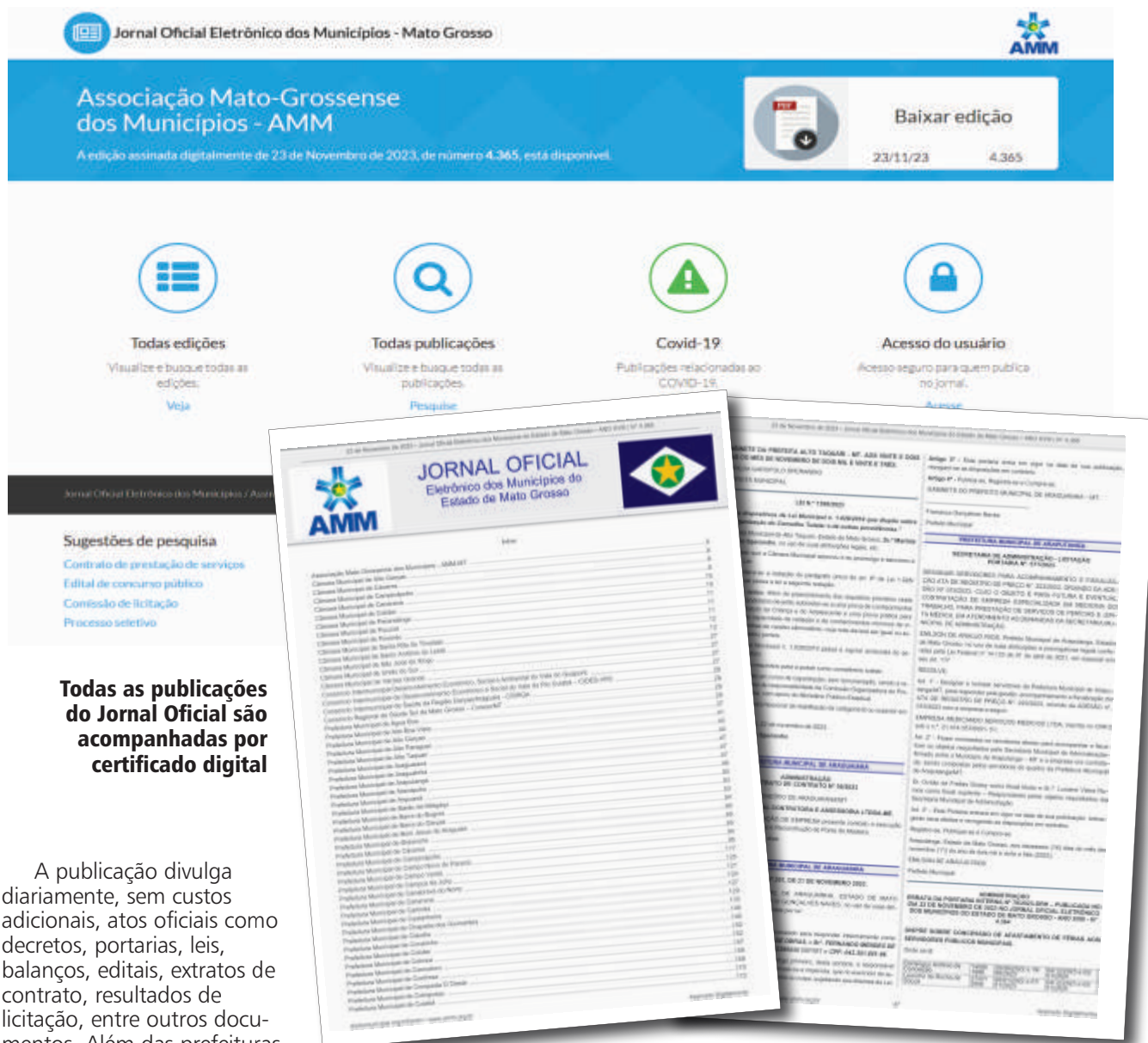
Publicações especiais

A divulgação das atividades da AMM em boletins informativos e revistas também integrou o planejamento da instituição nos últimos anos. Foram elaboradas publicações especiais, como o informativo sobre o Fethab, que apresentou várias obras de infraestrutura nos municípios, como recuperação de estradas estaduais e vicinais, bueiros, pontes, entre outros. A equipe da comunicação também elaborou um boletim sobre os principais projetos elaborados pela AMM para as prefeituras, além de edições de balanço das atividades desenvolvidas pela instituição.



Jornal Oficial dos Municípios

**Atos administrativos da AMM e
conteúdos do Portal Transparência
também são divulgados na publicação**



publicação. A inserção de conteúdo é feita por servidores municipais habilitados que possuem login e senha para acessar o sistema. A medida garante maior autonomia aos municípios, além do controle integral sobre o conteúdo divulgado.

O Jornal Oficial foi lançado em 2006 pela AMM. Antes a publicação era disponibilizada apenas de forma impressa. Posteriormente, para atender a demanda e modernizar os serviços, a instituição lançou a versão eletrônica, garantindo mais agilidade e segurança no sistema. Todas as publicações são acompanhadas por certificado digital.

Parcerias Institucionais

Ações colaborativas fomentaram desenvolvimento local

No período de 2015 a 2023, a AMM intensificou sua atuação por meio de parcerias, visando ampliar o atendimento aos municípios e garantir resultados em suas demandas. A Associação celebrou acordos de cooperação técnica e outras modalidades de colaboração para viabilizar capacitações, consolidar ações, encaminhar projetos de lei e garantir reforço financeiro aos cofres

municipais, entre outros avanços. O trabalho resultou em economia para os municípios, projetos e programas que promoveram a melhoria da qualidade de vida da população, a geração de emprego e renda, além de fomentar outros fatores de desenvolvimento para os municípios. Confira as parcerias firmadas e os principais resultados alcançados.

Assembleia Legislativa de Mato Grosso



Foto: J. Siqueira/ALMT

A parceria com a Assembleia Legislativa de Mato Grosso foi fundamental para aprovação de Projetos de Lei que beneficiaram os municípios mato-grossenses, entre eles destaque para:

- Lei Complementar 746/2022 que estabeleceu o novo Índice de Participação dos Municípios (IPM), utilizado na repartição da receita do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), válido a partir de 2023.

- Lei 12.070/2023, de 17 de abril de 2023, permite a transferência de recursos a municípios inadimplentes de até 50 mil habitantes, sendo permitido firmar convênios e receber repasses sem a necessidade de certidão plena.

- Lei 12.227, de 30 de agosto de 2023, que promoveu alterações na legislação que dispõe sobre a Gestão Patrimonial da Administração Pública do Estado de

Mato Grosso, facilitando aos municípios receberem e doarem bens patrimoniais.

- Lei 10.502/2017, que dispõe sobre o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar e de Pequeno Porte (SUSAF/MT).

- Termo de Fomento Nº. 001/2022/ALMT - Adesão ao Sistema Único de Sanidade da Agricultura Familiar e de Pequeno Porte (SUSAF/MT).

- Substitutivo Integral do Projeto de Lei 614/2021, que dispõe sobre as Unidades Regionais de Saneamento Básico.

- Lei 11.991/2022, que institui a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM).

- Reuniões periódicas para tratar do Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Mato Grosso.



Foto: Maurício Barban/ALMT

Deputado Eduardo Botelho
Presidente da AL-MT



A Assembleia Legislativa sempre foi parceira da AMM, pois o fortalecimento das prefeituras é vital para impulsionar o crescimento do Estado. Ter a AMM estruturada e unida com os poderes significa mais investimentos em aprimoramento dos serviços de atendimento aos gestores públicos. Acompanhamos como a direção da AMM, ao longo desses anos, investiu em modernização com objetivo de aumentar a receita das cidades.



Governo do Estado

Foto: Assessoria



Mauro Mendes
Governador de
Mato Grosso

“ Um dos desafios do Governo de Mato Grosso é ajudar os municípios a se desenvolverem, potencializando suas vocações econômicas, que são muito diversas. A AMM é uma grande parceira nessa missão. Com sua articulação junto aos municípios, prefeitos e lideranças locais, a associação tem trazido demandas e ajudado a construir soluções para os gargalos dos municípios de todas as regiões. ”



Foto: Michel Alvim / SecomMT

A AMM ampliou o diálogo com o Governo do Estado, por meio de várias secretarias, para atender os municípios. Frequentemente, a instituição está em contato com o Executivo Estadual para apresentar pleitos das prefeituras e estabelecer ações conjuntas, como capacitações, orientação aos prefeitos e equipes em várias áreas da administração pública.

Tribunal de Justiça de Mato Grosso

Foto: Assessoria TJMT



**Desembargadora
Clarice Claudino
da Silva**
Presidente do
Tribunal de Justiça
de Mato Grosso

“ É com muita felicidade que celebramos a importante parceria entre Tribunal de Justiça de Mato Grosso e Associação Mato-grossense dos Municípios, a qual resultou em excelentes conquistas para a municipalidade nos últimos anos. Ações valorosas, como mutirões de conciliação, capacitações sobre precatórios, programas de qualificação da administração pública e doações de madeira apreendidas foram realizadas de forma colaborativa entre TJMT e AMM e sem dúvida alguma nos ajudaram na importante missão de promover a pacificação social e o bem-estar da população. ”



Foto: TJMT

A Vara Especializada do Meio Ambiente promoveu a doação de madeiras apreendidas aos municípios.

Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), com mutirão em mediação/conciliação em ações civis públicas de improbidade administrativa.

Mobilização dos municípios para participarem da capacitação online sobre “Precatórios: Teoria e Prática”.

Tribunal de Contas de Mato Grosso



Foto: TCE/MT

A parceria com o Tribunal de Contas (TCE-MT) foi fundamental para orientar os municípios sobre medidas necessárias para garantir maior eficiência na gestão dos recursos públicos. Entre as principais ações, destacam-se:

- Parcerias voltadas à capacitação dos servidores municipais através da Escola Superior de Contas do TCE/MT;
- Ciclo de palestras sobre Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/21).
- Interage TCE. Projeto que promove reuniões visando o alinhamento das equipes de relatorias e de suas unidades jurisdicionadas.
- Projeto Conexão TCE-MT que visa fortalecer a interlocução do Tribunal com os jurisdicionados.
- Desenvolvimento de Plataforma Software – Gestão de Pessoas – SIAFIC.
- Gerenciamento do Planejamento Estratégico dos Municípios (GPE) e Mapas Estratégicos do GPE;
- Busca Ativa Escolar e parceria com o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) para o combate à evasão escolar.
- Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política de Educação em Mato Grosso (Gaepe-MT), promovendo ações voltadas para a resolução do déficit de vagas nas creches do estado, recursos e melhorias na Primeira Infância em Mato Grosso.
- Definição de diretrizes a serem seguidas pelos municípios da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá, a fim de assegurar a adequada destinação de resíduos sólidos e o cumprimento do Novo Marco Legal do Saneamento Básico



Foto: Tony Ribeiro

Conselheiro
José Carlos Novelli
Presidente do TCE-MT

“ O TCE-MT completa 70 anos em 2023 com uma história de contribuição no passado, atuação no presente e visão para o futuro. A retomada de um Tribunal de Contas forte, eficaz, eficiente e respeitado contou com a notável parceria da AMM, nos últimos anos em projetos importantíssimos para impulsionar a nova visão do TCE que é transformar a administração pública municipal em referência no país pela qualidade de gestão e prestação de bons serviços. ”

(Lei nº 14.026/2020);

- Debate e capacitação sobre estratégias para o fortalecimento da imunização nos 141 municípios do estado, visando ampliar a cobertura vacinal infantil;
- Programa de Sustentabilidade e Desenvolvimento de Municípios de Mato Grosso, com o objetivo de fortalecer as gestões municipais na promoção do desenvolvimento local sustentável.
- Mesa técnica que definiu que os 141 municípios de Mato Grosso devem adotar o mesmo entendimento sobre a regulamentação das atividades dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e de Combate a Endemias (ACE).

Ministério Público de Mato Grosso



Foto: MPMT

Ações de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Ações para fomentar a prevenção e o combate ao uso de drogas entre crianças e adolescentes.

Ações voltadas ao combate da evasão escolar nas escolas municipais de Mato Grosso.

Ações que visam a implementação dos Planos Municipais de Educação.

“ Em nome do Ministério Público de Mato Grosso, registro o nosso mais sincero apreço e reconhecimento à Associação Mato-grossense dos Municípios pelos relevantes trabalhos que presta ao municipalismo em nosso estado. Em parceria com a AMM, que é um canal direto de comunicação com os prefeitos e prefeitas do nosso estado, o Ministério Público tem buscado compreender melhor e buscar alternativas para problemas comuns aos municípios. ”



Foto: Assessoria MPMT

Procurador-geral de Justiça de Mato Grosso,
Deodete Cruz Junior
Ministério Público do Estado

Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/MT

Foto: OAB-MT



A parceria entre a AMM e a Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Mato Grosso (OAB-MT) se fortaleceu de 2015 a 2023. As duas entidades representativas atuaram juntas na realização de várias ações, como palestras, cursos e capacitações sobre assuntos relacionados aos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos mato-grossenses.

APDM

A AMM desenvolve um trabalho conjunto com instituições que executam ações voltadas aos municípios na área de Assistência Social, como a Associação Para Desenvolvimento Social dos Municípios do Estado Mato Grosso – APDM, que atua pelo fortalecimento da política de assistência social em Mato Grosso. As instituições têm a agenda comum de fortalecer as políticas sociais nos municípios, visando a execução de programas, campanhas e projetos para atender a população.



Foto: AMM

Foto: AMM



COEGEMAS

O Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social do Estado de Mato Grosso (Coegemas-MT) também é parceiro da AMM em ações voltadas à valorização e ampliação do debate sobre políticas públicas na área social. O tema é considerado estratégico para gestores e equipes que buscam ampliar a rede de proteção e atendimento à população, principalmente a mais carente. A AMM já sediou reuniões e capacitações realizadas pelo Colegiado para orientar os gestores da área social.

UNDIME

A educação integra a pauta do movimento municipalista, que busca assegurar mais recursos para o setor, visando melhorar a qualidade do ensino e o atendimento das demandas da comunidade escolar. Nesse contexto, a União dos Dirigentes Municipais de Educação de Mato Grosso - Undime/MT é considerada uma parceira importante para que os objetivos sejam alcançados. A AMM participa de eventos com os secretários municipais de Educação e defende iniciativas para atender os pleitos do setor.



Foto: AMM

COSEMS

A melhoria do serviço público de saúde é prioridade para os gestores municipais de todo o país. Considerando a importância da pauta, a AMM fomenta debates sobre o assunto e valoriza o trabalho de instituições como o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Mato Grosso - Cosems/MT, com o qual já realizou várias ações conjuntas. O trabalho em parceria se intensificou durante a pandemia, com o objetivo de orientar os municípios sobre ações preventivas e outras medidas para combater o avanço do novo coronavírus.



Foto: Cosems MT

Ibama, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal

Foto: PRF



Acordo de Cooperação Técnica entre as instituições e a AMM com o objetivo de destinar aos municípios equipamentos, veículos e maquinário pesado rodoviários apreendidos. Após autorização judicial, os equipamentos poderão ser utilizados pelas prefeituras em prol do interesse coletivo.

- Reuniões e tratativas para a instalação de aterro sanitário e a destinação adequada de resíduos sólidos em municípios de Mato Grosso.

- Parceria com a Polícia Rodoviária Federal visando a redução de acidentes nos municípios cortados por rodovias federais e estaduais de Mato Grosso.

IBGE

Parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para consolidar o censo demográfico em Mato Grosso, visando garantir o levantamento de dados que retratem a realidade de cada cidade.



Foto: Agência de Notícias CNM

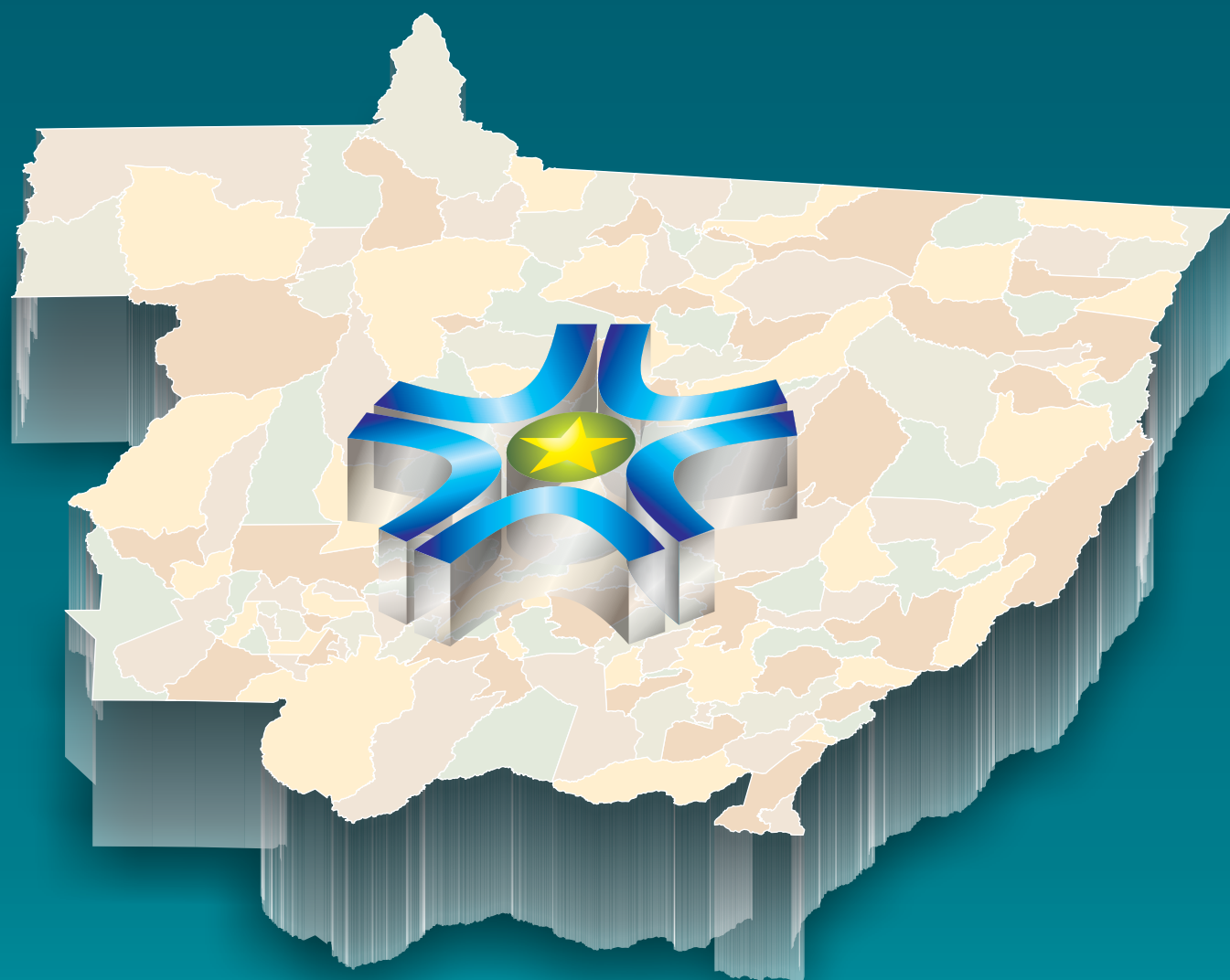
Participação em conselhos

Na condição de instituição representativa, a AMM tem participação em diversos conselhos e colegiados estaduais, por meio dos quais contribui na definição de diretrizes e na elaboração de políticas públicas. Dessa forma, a instituição acompanha as deliberações que repercutem nos municípios e na vida dos cidadãos. Além disso, a Associação tem a oportunidade de opinar, atuar de forma propositiva e dar voz aos municípios nesses órgãos que em grande parte são deliberativos, normativos e consultivos. Confira a seguir onde a AMM possui representação:

- Conselho Político da Confederação Nacional dos Municípios - CNM
- Conselho Estadual de Meio Ambiente - Consema
- 1ª Junta Julgadora de Recursos - Consema
- Grupo Técnico para Auxílio na Elaboração do Plano Estadual de

- Resíduos Sólidos - PERS / UFMT
- Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CEHIDRO
- Fórum de Mudanças Climáticas
- Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Incêndios Florestais - PCCDIF
- Comissão do Índice de Participação dos Municípios no Fethab - IPMF
- Comissão Estadual de Zoneamento Socioeconômico Ecológico - CEZEE -
- Seplag
- Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb - CACS/Fundeb
- Comitê Programa Alfabetiza MT - Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar e de Pequeno Porte - Susaf
- Câmara Setorial Interinstitucional de Crédito Fundiário (CSI-CF) - CEDRS
- Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Sustentável - CEDRS
- Conselho Estadual de Desenvolvimento Agrícola - Sedec / MT

- Fórum Estadual Permanente das Microempresas de Pequeno Porte de Mato Grosso - Sedec / MT
- Núcleo Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais - APL
- Rede de Atenção Básica ao Sistema Carcerário
- Conselho Superior do Movimento Mato Grosso Competitivo - MMTC
- Comitê Luz Para Todos - Eletronorte / Eletrobrás, entre outros
- Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA
- Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Mato Grosso/ CIEA- SEMA
- Comitê Estadual de Gestão do Fogo - SEMA
- Comissão Temporária para Análise da Resolução sobre Licenciamento Ambiental de Loteamentos Urbanos/ CEHIDRO
- Câmara Setorial do SEIAF
- Comissão Estadual de Zoneamento Socioeconômico Ecológico



Presente em
todas as regiões
do Estado



Associação Mato-grossense dos Municípios



Foto: AMM

Engajamento social

AMM incentivou participação de funcionários em atividades de integração e campanhas de solidariedade

A integração entre os funcionários foi incentivada pela Associação Mato-grossense dos Municípios por meio de várias atividades colaborativas e de socialização. A AMM também fomentou o trabalho voluntário em prol de causas sociais que contemplaram várias instituições com a entrega de brinquedos, alimentos, entre outros. Para viabilizar as ações a instituição criou a Força do Amor Voluntário – Favo, coordenada por Inezita Ormond. A iniciativa contou com a adesão e apoio dos colaboradores que se dedicaram para que o projeto fosse consolidado. Muitas ações sociais e de apoio a instituições filantrópicas foram realizadas, beneficiando várias entidades, como creches, abrigos de idosos, escola, entre outras.

Foram também desenvolvidas ações voltadas para a espiritualidade, como o encontro semanal para oração, realizado todas as segundas-feiras pela manhã e que também contou com a presença de convidados. Os



Foto: AMM

Equipe da AMM se reuniu com comunidade do Conjunto Habitacional Sucuri

funcionários participaram, ainda, de um grupo de reflexão, que possibilitou a integração dos diversos setores visando o estímulo à convivência, autoconhecimento, trabalho em equipe, desenvolvimento pessoal e profissional. A AMM também inovou com a criação de um coral formado por 11 funcionários e que fez sua primeira apresentação nas comemorações dos 40 anos da instituição, em 2023.

Datas comemorativas

As datas comemorativas também foram lembradas de modo especial como uma forma de valorização dos funcionários, que foram homenageados em várias ocasiões, como dia das mães, dia dos pais e dia da mulher. As atividades fizeram parte do calendário de ações do planejamento voltado à qualidade de vida no trabalho. Foram também realizados outros eventos, como festa junina, homenagem aos aniversariantes e confraternização de final de ano.

Os colaboradores participaram, ainda, de atividades para comemorar o dia das crianças, como a realização de café da manhã, recreação, almoço em várias instituições. A restauração de um parque infantil na creche filantrópica Tia Antonina, localizada no bairro CPA, em Cuiabá, também integrou a programação do mês das crianças em 2016.



No Dia da mulher, funcionárias foram homenageadas pela AMM

O Educandário Anjo Gabriel, em Cuiabá, recebeu equipe da AMM para programação de palestras e atividades recreativas em 2023. Os colaboradores também estiveram na comunidade

do Conjunto Habitacional Sucuri, em 2022, e no Posto de Assistência Madre Teresa, contemplado com a doação de alimentos arrecadados durante a campanha Natal Solidário, em 2021.



O Dia das Mães e o Dia dos Pais foram comemorados todos os anos de forma muito especial



I Integração I

Foto: Vicente de Souza



Festa junina foi sempre muito festejada pelos colaboradores

No mês das crianças, equipe da AMM reformou o parque infantil de uma creche filantrópica



Foto: AMM

Foto: AMM



Funcionários se reúnem toda segunda-feira para o momento de oração

Funcionários se reuniram na tradicional confraternização de fim de ano



Foto: Vicente de Souza

Equipe participou de programa de integração e desenvolvimento pessoal



Foto: AMM

Foto: AMM



Crianças da casa de acolhimento Madre Teresa participaram de uma manhã recreativa

Foto: AMM



Equipe da AMM percorreu bairros carentes para entrega de cestas de Natal e outras ações beneficentes

Colaboradores da AMM se reúnem periodicamente para eventos de integração e reflexão



Foto: AMM



Coral da AMM se apresentou em evento comemorativo dos 40 anos da instituição

Foto: AMM



Foto: AMM

Gincanas solidárias

Em 2017, por meio da Favo, a instituição criou novas ações coletivas que fizeram a diferença na vida de muitas pessoas. No último trimestre do ano, a AMM lançou uma gincana de Natal que arrecadou mais de mil brinquedos que foram distribuídos para 11 instituições filantrópicas, atividade que uniu os colaboradores em uma corrente de solidariedade. A gincana também garantiu diversão, promoveu a integração de diversos setores da Associação e revelou muitos talentos entre os colaboradores, que foram divididos em grupos para participarem das provas semanais. A experiência se repetiu em 2018, quando foi realizada nova gincana. Mas dessa vez, em vez de brinquedos, os organizadores optaram pela arrecadação de alimentos que foram doados a famílias carentes em vários bairros de Cuiabá.



Foto: AMM

Gincana fomentou integração e contribuiu para arrecadar alimentos e brinquedos



Conscientização

A Associação também aderiu às campanhas Outubro Rosa e Novembro Azul, com o objetivo de alertar sobre os fatores de risco do câncer de mama e prevenção do câncer de próstata. A iniciativa contou com a participação dos funcionários da instituição que anualmente participam de palestras e outras atividades de conscientização. A saúde dos funcionários também ganhou atenção especial com as aulas de pilates e de ginástica laboral, que se incorporaram à rotina dos colaboradores, sob a supervisão de uma fisioterapeuta.



Campanha Outubro Rosa anualmente conta com a adesão da equipe da AMM

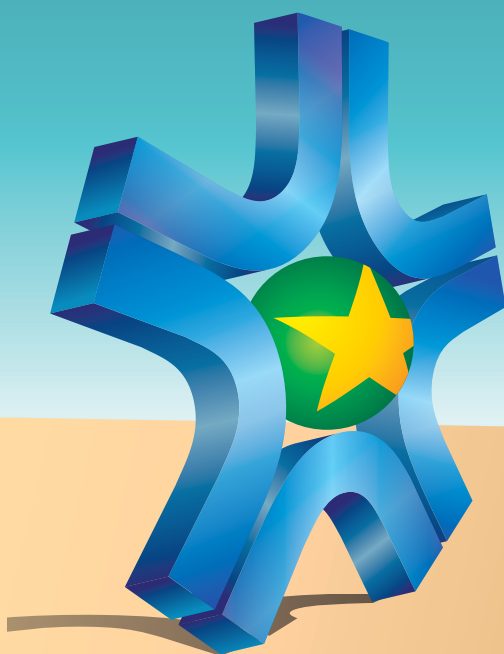


Funcionários participaram de aula de pilates e ginástica laboral



Academia ao ar livre foi utilizada como espaço de convivência e de fomento à saúde física e mental

Acesse a AMM através dos nossos canais de comunicação



/amm.matogrosso



@amm.mt



www.amm.org.br

| Expediente |



É uma publicação
da **AMM**
Associação
Mato-grossense
dos Municípios

Dezembro/2023

Presidente:
Neurilan Fraga

Edição:
Malu Sousa
Rosimara Almeida

Redação:
Rosimara Almeida
Angela Jordão
Justina Fiori

Fotografia:
Vicente de Souza
Vanderson Ferraz

Projeto Gráfico e Diagramação:
Kleber Simioni

Coordenação de Comunicação:
Jornalista Malu Sousa
DRT 493-MT

NA FORÇA DOS MUNICÍPIOS,
MATO GROSSO

AVANÇA



Imagine

Há quatro décadas, estamos dedicados à defesa dos interesses dos municípios, sempre buscando garantir qualidade de vida e promover um desenvolvimento sustentável que reduza as desigualdades regionais e sociais.

Por isso é fato, onde tem avanço e melhoria na saúde, educação, infraestrutura, saneamento, meio ambiente, esporte, lazer, turismo e no desenvolvimento econômico e social, pode ter certeza da nossa participação para impulsionar o crescimento dos municípios, gerando empregos e renda para a população mato-grossense.

ASSESSORIA
NAS ÁREAS

CONTÁBIL

JURÍDICA

PROJETOS

COMUNICAÇÃO

ADMINISTRATIVA

CONHEÇA NOSSO TRABALHO



www.amm.org.br

[amm.mt](https://www.instagram.com/amm.mt)

[amm.matogrosso](https://www.facebook.com/amm.matogrosso)





AMM

Associação Mato-grossense dos Municípios